



COM O PCP CONTINUAR ABRIL

X CONGRESSO
PARTIDO
COMUNISTA
PORTUGUÊS
PORTO - 15 a 18 de DEZEMBRO - 1983

GRANDES ACÇÕES DE LUTA SINDICAL

— **Decisão do
Plenário Nacional
da CGTP-IN em que
participaram
quatro centenas de
delegados de 152
organizações
sindicais (incluindo
16 não filiadas)**

Pág. 7

Avante!

Número especial

No próximo domingo, dia do encerramento do X Congresso do PCP, sairá uma edição especial do «Avante!», inteiramente consagrada à grande assembleia dos comunistas portugueses. Procuramos assim corresponder ao significado e importância que o Congresso assume para o nosso Partido e no contexto da vida nacional.

A edição especial será posta à venda no Palácio de Cristal do Porto na manhã de domingo.

No resto do País, funcionará de domingo para segunda-feira o esquema normal de distribuição utilizado de quarta para quinta-feira.

Na próxima quinta-feira, dia 22, sairá a edição habitual do «Avante!», também essencialmente consagrada ao X Congresso.

Palácio de Cristal
**COMÍCIO
DE
ENCERRAMENTO
DO
X CONGRESSO**

com

Álvaro Cunhal

**domingo, 16 horas
aberto ao público**

SEMANA

7
Quarta-feira

Com a presença de centenas de pessoas, na sua maioria mulheres, vai a sepultura a escritora e resistente antifascista Maria Lamas. Um comentário da SIP do PCP sobre o fracasso da reunião da CEE afirma que a solução dos problemas nacionais exige o definitivo abandono do desastroso projecto de integração de Portugal na Comunidade. Mota Pinto, ministro da Defesa, defende em Bruxelas o aumento das armas nucleares americanas na Europa. O Movimento dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais pronuncia-se contra a alteração da lei dos arrendamentos comerciais. O choque de dois aviões no aeroporto de Madrid provoca a morte de mais de uma centena de pessoas. A Nicarágua acusa a CIA de ter sabotado o terminal petrolífero do porto Andino, a 70 km de Manágua. Após 16 dias de sequestro, é libertado o irmão do presidente da Colômbia, Jaime Betancour.

8
Quinta-feira



Eanes em Tondela. Em visita ao concelho de Tondela, o Presidente da República afirma aos jornalistas esperar que o debate sobre a nova Lei de Imprensa resulte numa legislação adequada à democracia; se tal não se verificar Eanes disse que actuará no âmbito das suas competências. Regressa a Lisboa, para uma visita de algumas horas, o ministro rquista «Pik» Botha. A secretária de Estado da Segurança Social afirma em Faro que as dívidas do patronato à Previdência ascendem a cerca de 45 milhões de contos, ultrapassando «tudo o que é razoável». A marinha de guerra israelita bombardeia Tripoli e mantém um bloqueio àquela cidade para evitar, segundo os dirigentes sionistas, que «Arafat saia dali com vida». A URSS interrompe as negociações com o EUA para a redução de armas estratégicas. A nave espacial «Columbia», dos EUA, termina a sua sexta missão.

9
Sexta-feira

A Associação Sindical dos Magistrados solidariza-se com o juiz de Coimbra cuja idoneidade foi posta em causa por Mário Soares por ter mandado em paz 4 populares que protestavam contra a política do Governo; A Associação diz esperar que o Conselho Superior de Magistratura tome uma medida enérgica que salvaguarda a independência do poder judicial. É publicada no «Diário da República» a portaria que liberaliza os preços de todos os serviços de cafetaria e pastelaria. Vitorino Magalhães é nomeado director da Biblioteca Nacional de Lisboa. Segundo a Tass, o malogro da cimeira da CEE está relacionado com a política da administração Reagan, que procura superar a crise económica dos EUA à custa dos seus parceiros europeus. A Nicarágua apresenta na ONU três decretos de amnistia promulgados pelo governo sandinista com vista às eleições gerais de 1985. A Fretlin é convidada a participar em Bissau na cimeira de chefes de Estado africanos de língua oficial portuguesa.

10
Sábado



O Plenário Nacional dos sindicatos da CGTP-IP decide intensificar as acções de massas contra a política do Governo e as suas gravosas consequências para a maioria da população portuguesa. Trabalhadores da Reforma Agrária do concelho de Alcácer do Sal manifestam-se contra os ataques do Governo PS/PSD «à mais bela conquista da Revolução». O ministro da Defesa da URSS anuncia em Sófia a colocação de novos mísseis SS-20 na zona europeia da União Soviética; na RFA, o movimento de paz inicia o bloqueio às instalações militares norte-americanas. As autoridades de Luanda rejeitam as propostas de substituição das tropas cubanas em Angola por «força multinacional africana». Toma posse o novo presidente da Argentina, Raul Alfonsín.

11
Domingo

Termina nos Açores o Congresso Regional do PS, a que não assistiu nenhum dirigente nacional daquele partido. O Conselho Nacional da JSD aprova uma moção a favor da legalização do aborto limitada a casos de terapêutica, violação e eugénia. A lista conjunta PS/PSD ganha as eleições suplementares para a Assembleia de Freguesia de Monforte da Beira. Agricultores de Braga criam uma Associação de Defesa e aprovam uma carta de reclamações a apresentar ao Governo e outros órgãos de soberania. Uma sondagem publicada em Londres revela que a maioria dos britânicos são contra a instalação dos mísseis norte-americanos. A Organização Nacional de Mulheres dos EUA anuncia o seu apoio à candidatura de Walter Mondale às eleições presidenciais de Novembro do próximo ano.

12
Segunda-feira



Trabalhadores da Sorefame manifestam-se em Lisboa exigindo o pagamento dos salários em atraso e a defesa dos seus postos de trabalho. Abre finalmente a escola preparatória do Feijó, mas os alunos têm de levar cadeiras de casa para se poderem sentar durante as aulas. O deputado e dirigente do PSD, Bento Gonçalves, afirma que a direcção do seu partido «já deu o que tinha a dar». Chega a Lisboa o secretário de Estado norte-americano, George Shultz. O ditador do Uruguai, general Gregorio Alvarez, manda encerrar mais um jornal do país, elevando assim para 18 o número de jornais fechados desde 1981. Seis atentados à bomba atingem as embaixadas dos EUA e da França no Kuwait, a torre de controlo do aeroporto internacional e um edifício habitado por norte-americanos; os atentados foram reivindicados pelo grupo «Guerra Santa Islâmica». O novo governo da Argentina demite 26 generais e anuncia o congelamento dos preços e o aumento de salários.

13
Terça-feira

Numa concentração realizada frente à Assembleia da República, reformados, pensionistas e idosos afirmam o seu protesto contra o Orçamento Geral do Estado (OGE) e as pensões de fome que o Governo pretende manter, agravando a já difícil situação de milhares de portugueses nessa situação. A concentração exige que as pensões correspondam a 65 por cento do ordenado mínimo nacional. É assinado em Lisboa o acordo que concede por mais sete anos a utilização da base das Lajes, nos Açores, e outras facilidades militares aos EUA por parte de Portugal. Jaime Gama e G. Schultz rubricam o acordo. Unidades navais dos EUA e Israel bombardeiam a região de Tripoli, no norte do Líbano.

Editorial X CONGRESSO DO PCP — UM PASSO PARA CONTINUAR ABRIL

Quando este número do «Avante!» chegar às tuas mãos, leitor, um grande acontecimento histórico do movimento operário e popular estará em pleno curso. No Palácio de Cristal da capital do Norte, desde a manhã de hoje até ao fim da tarde de domingo, o X Congresso do Partido Comunista Português polarizará as atenções dos trabalhadores e das forças progressistas de todo o País.

Durante quase dois meses um vivo debate — amplo, democrático, esclarecedor — foi travado à escala do Partido em torno das Teses do Comité Central, doravante, e depois de aprovadas pelo Congresso, as Teses de todo o Partido.

Em milhares de reuniões plenárias, mais ou menos participadas — do Minho ao Algarve, do Continente às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira — dezenas de milhares de camaradas e inúmeros amigos do PCP enriqueceram com propostas concretas e um saber de experiências feito o texto original.

Um intenso trabalho preparatório do tipo mais variado mobilizou e pôs à prova a dedicação, a operosidade e a capacidade organizativa de milhares de militantes, homens, mulheres e jovens de todo o País.

Uma menção especial deve ser feita aos camaradas da Organização Regional do Porto sobre quem recaiu no fundamental a honrosa mas complexa tarefa de criar as condições funcionais e técnicas para a feliz realização do Congresso, para pôr de pé serviços indispensáveis, para acolher milhares de congressistas convidados e dezenas de delegações estrangeiras.

Uma surpreendente e imaginosa decoração do belo Palácio de Cristal do Porto é oferecida aos olhos dos milhares de delegados, convidados e visitantes.

Os camaradas da Organização Regional do Porto e de todo o Norte — que contaram necessariamente com a rica experiência acumulada do Partido — deram provas de inextinguível militância e puderam e souberam desempenhar-se cabalmente da sua difícil tarefa.

O X Congresso do PCP destina-se a uma forte repercussão política na situação nacional.

Sem dúvida reflectirá poderosamente a vida, os problemas e a luta do Povo português, proporcionará aos comunistas portugueses novas energias e horizontes para o seu patriótico combate em defesa da democracia e da independência nacional — numa palavra, para continuar Abril.

Não deixará também de suscitar o interesse do movimento comunista e operário e de um vasto sector progressista da opinião internacional — aliás, largamente representados no nosso Congresso.

O X Congresso é chamado não somente a definir a orientação e as tarefas fundamentais do Partido para uma determinada fase histórica e até ao Congresso seguinte, previsto para 1987/88, como está intrinsecamente ligado às tarefas actuais imediatas da classe operária e do Povo português numa necessária luta contra a política antipopular e antinacional do Governo Soares/Mota Pinto e por uma alternativa democrática.

Cada uma das Teses que enformará o Relatório a apresentar pelo secretário-geral do nosso Partido, o camarada Álvaro Cunhal, em nome do Comité Central, reflecte e analisa a realidade nacional objectiva, caracteriza com rigor a relação de forças na conjuntura actual, resume o papel determinante do movimento operário e popular de massas para uma necessária e profunda mudança institucional de política e de governo, aponta as grandes soluções para a saída da crise, para arrancar Portugal do atraso económico e

social, para repor a autenticidade do 25 de Abril negada por sucessivos governos de direita, de maneira particularmente perigosa pelo Governo Soares/Mota Pinto.

Cada uma das Teses põe em contraste duas políticas, duas concepções de vida, duas formas de relação com o mundo.

No momento em que a mais grave ameaça pesa sobre a paz mundial e sobre a própria existência da Humanidade, no exacto momento em que o Governo Soares/Mota Pinto subscreve novos compromissos com os Estados Unidos, susceptíveis de pôr em grave risco a paz e a segurança dos portugueses, submetendo ainda mais Portugal à estratégia belicista e suicida de Reagan, o X Congresso do PCP aponta outro caminho, reafirma a confiança nas forças da paz, que se alargam e robustecem de maneira incessante, preconiza um outro rumo à nossa política externa capaz de salvaguardar e robustecer a nossa independência nacional.

No momento em que recrudescem em Portugal a actividade dos remanescentes do fascismo, em que as forças do passado cobram alento sob o manto protector do Governo PS/PSD, em que novos surtos de ilegalidade e violências se acendem na sociedade portuguesa por iniciativa da clique governante, o X Congresso do PCP reafirma o carácter e os objectivos da revolução democrática e nacional portuguesa definidos no Programa aprovado no seu VI Congresso e sublinha a natureza das conquistas históricas do Povo português expressas nas grandes transformações políticas, económicas e sociais saídas do 25 de Abril, a sua confiança nas instituições.

A história dos últimos 8 anos de grandes ofensivas reaccionárias é também a da firme resistência dos trabalhadores e do povo aos intentos da reacção, de importantes vitórias das forças democráticas e de sérias derrotas da contra-revolução.

O Governo Soares/Mota Pinto insere-se na quinta fase do processo contra-revolucionário, condenada — como as anteriores — ao insucesso e à derrota.

No momento em que a política de recuperação capitalista — que tem conduzido Portugal ao desastre — assume o carácter de autêntica guerra social contra os trabalhadores e em que a clique governante leva a cabo e planifica sucessivos ataques contra a estabilidade e o bem-estar dos trabalhadores e do povo — materializados na lei de liberalização dos despedimentos do «lay-off», no roubo do 13.º mês, na chaga dos salários em atraso e no agravamento da carga fiscal sobre quem trabalha — e ainda contra as aspirações e as condições de uma vida melhor e mais digna para as classes e camadas desfavorecidas — que constituem a imensa maioria da população; no momento em que sob o signo de uma injusta «austeridade» se sacrifica o povo trabalhador em benefício dos grandes exploradores, banqueiros, industriais e latifundiários, das classes privilegiadas que preparam activamente a reconstituição do velho poder dos monopólios apeados pelo 25 de Abril, o X Congresso do PCP reafirmará seguramente uma linha de rumo que já deu provas e frutos na luta do Povo português e na contenção pelas massas populares das ofensivas reaccionárias contra Portugal de Abril dos últimos 8 anos.

O Governo Soares/Mota Pinto agravou numa escala sem precedentes a crise económica e financeira provocada pelas sucessivas governações da direita e do PS desde 1976.

O Governo dirigido por Mário Soares põe em prática uma gestão financeira de ruína e bancarrota para o País, de maior endividamento externo, de retrocesso económico e produtivo, de

drástica redução das despesas sociais e do poder de compra dos trabalhadores, de verdadeiro estrangulamento financeiro do Poder Local democrático.

No próprio momento em que na Assembleia da República a maioria domesticada da coligação governante faz passar, com o voto contra dos comunistas, um Orçamento do Estado que sanciona e quantifica a gestão de miséria do Governo PS/PSD, o X Congresso do PCP apontará uma outra política dirigida para o desenvolvimento económico e social, para a mobilização prioritária dos recursos e das energias nacionais, para o melhoramento das condições de vida dos portugueses, perfeitamente ao alcance do nosso povo e do nosso país.

No momento em que se aprofunda o divórcio entre o Governo e o povo; em que se agrava e generaliza o conflito de classes e em que se tornam profundas as divergências e contradições entre as próprias forças do Poder e dentro de cada parceiro da coligação; no momento em que a inépcia, a incapacidade e a política de traição nacional dos governantes vêm ao de cima, numa crescente maré de corrupção e imoralidade da chamada «classe política» governante; no momento em que cresce e se alarga a resistência popular contra a coligação no Governo e em que a desestabilização se tornou uma componente inseparável da política antidemocrática da clique governante, o X Congresso do PCP reafirmará a viabilidade de uma alternativa real e democrática ao actual Governo e à sua política; o seu empenhamento na defesa da legalidade democrática e na busca de uma saída para a crise que garanta melhores dias para o nosso povo e interesse e mobilize um vasto e maioritário espaço político capaz de impor outra solução aos problemas nacionais.

O X Congresso do PCP insistirá na necessidade e urgência de uma outra fórmula de governo — de um governo democrático de salvação nacional — mais de acordo com as condições políticas e a gravidade dos problemas actuais.

Do X Congresso do PCP sairá seguramente uma reforçada consciência nas possibilidades reais e a curto prazo de uma alternativa democrática.

O X Congresso reafirmará no Porto a coesão ideológica, a firme unidade política, a força e a capacidade de organização do grande Partido dos trabalhadores portugueses.

Trará mais uma vez a lume os profundos laços que unem os comunistas portugueses aos comunistas e progressistas de todo o mundo: à invencível comunidade dos povos socialistas, de que a União Soviética é um baluarte indestrutível, ao movimento comunista e operário dos países capitalistas, às forças do poderoso movimento de libertação nacional e aos países progressistas, a esse imbatível conjunto de forças de cuja unidade dependem o avanço e os destinos da Revolução.

Os inimigos do PCP, os jurados anticomunistas de todos os matizes, desejariam ver no nosso Partido, um partido «em que se lutasse por dentro», enfraquecido por dissensões e conflitos internos, isolado dos trabalhadores e do povo.

Não terão essa alegria. O X Congresso do PCP dará a todos uma concludente resposta, o balanço entre o IX e o X Congresso será revelador.

Com justa razão e legítimo orgulho, os comunistas portugueses poderão clamar no termo dos trabalhos no Palácio de Cristal do Porto que encerrarão com o discurso do seu secretário-geral: Viva o X Congresso do PCP! Viva o Partido Comunista Português!

Acordo das Lajes Dólares em troca de quê?

George Shultz, secretário de Estado norte-americano, passou por Portugal. Não para nos trazer de «presente» natalício, como há quem afirme, alguns milhões de contos (preço da utilização de uma parcela do território nacional, para fins agressivos, alheios aos interesses do País). Mas concretamente para assinar, com o ministro português dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, a prorrogação, por mais sete anos, do acordo das Lajes.

Que acordo, exactamente? Que novas exigências foram colocadas pelos EUA? O mais completo silêncio pesa sobre questões que no entanto dizem respeito a todos nós, que podem mesmo pôr em causa a nossa segurança.

Questões tanto mais preocupantes, quanto o conteúdo da política externa do actual Governo, como de governos anteriores, assume características da mais total dependência em relação a Washington.

Por isso, a demora na assinatura do acordo das Lajes, resulta bem menos de razões políticas ou de qualquer empenho — por parte do Governo — na defesa da soberania nacional, do que de preocupações de carácter económico. Resumidamente: é uma questão de preço. Questão de preço que está igualmente na base da separação de negociações. Lajes, por um lado. Beja e outras «facilidades» por outro. Os EUA teriam pretendido obter tudo por «atacado». Que, como mandam as leis do comércio, é mais barato. Esta a raiz fundamental de desacordos.

O conteúdo de uma política externa

Na conferência de imprensa realizada terça-feira em Lisboa, Shultz afirmou ser a base das Lajes uma importante posição estratégica na defesa do «mundo livre». Seria talvez de acrescentar que não é só a base das Lajes, é o nosso País, através da política externa que tem vindo a ser desenvolvida pelo governo PS/PSD, que está a ser utilizado como posição estratégica dos EUA, e que tem bem pouco a ver com a defesa da liberdade. Pelo contrário.

Vale a pena salientarmos aqui três factos.

1.º — Referindo-se à reunião da NATO, em Bruxelas, Jaime Gama assumiu totalmente a posição do imperialismo. Em síntese: que a União Soviética está na origem da evidente tensão internacional actual; que Genebra não prossegue por responsabilidade soviética e que deveria continuar os seus trabalhos, paralelamente à colocação dos novos mísseis norte-americanos; e mesmo que os actuais mísseis norte-

-americanos constituem uma resposta aos SS-20, falso argumento já mais que estiatado, e que hoje se pode catalogar ao lado do pretexto «aeroporto militar» para invadir Granada (invasão que, diga-se a propósito, o Governo português tentou justificar).

2.º — Botha, representante do regime de apartheid da África do Sul, passou duas vezes por Portugal. Simultaneamente surgem «novos planos» de Pretória e Washington para a Namíbia. Mário Soares, que em Buenos Aires se encontra com o vice-presidente norte-americano, Bush, oferece os préstimos do Governo português, como «medianeiro».

Um «medianeiro» que, ao pôr em causa, em termos mesmo ofensivos, as nossas relações económicas com Moçambique, refere os prejuízos portugueses em Cabora Bassa. Prejuízos que na verdade são da responsabilidade do governo de Botha, pois devem-se às

acções de sabotagem promovidas pelo governo de Pretória.

3.º — Também no encontro Mário Soares-Bush, em Buenos Aires, a América Central foi tema de conversações. Do que aí se falou, nada se sabe, como vai sendo hábito arraigado. Mas algumas outras coisas sabemos. Dos dólares atribuídos por Reagan à CIA, para que melhor desenvolvesse as suas actividades contra a Nicarágua. Das posteriores declarações de Bush, em El Salvador, valorizando a prática política genocida do seu governo, em termos deveras esclarecedores: tal como os EUA, El Salvador está «decidido a resistir à opressão comunista».

Não será de relembrar que Shultz falou, em Lisboa, da posição estratégica de Portugal, peão na defesa de um «mundo livre» à medida dos interesses de Washington?

Que papel está a jogar o Governo português, como instrumento dessa estratégia?

Karl Marx

AS LUTAS DE CLASSES EM FRANÇA

Pela primeira vez a explicação de todo um período da história Francesa do ponto de vista materialista.

E a elaboração, com base na experiência prática da luta de massas, das teses mais importantes da tática revolucionária do proletariado.

edições **Avante!**
BIBLIOTECA DO MARXISMO LENINISMO

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOSI!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes 1599 - Lisboa CODEX Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º - 1000 Lisboa Tel. 769744-769751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX Tel. 769725-769722

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa Tel. 779828-779825-769751

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37238

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora, Tel. 25361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro, Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto, Tel. 693908-699615

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra, Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa, Tel. 766402

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora, Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa, Tel. 776936-776750

Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto, Tel. 381067

Composto e impresso na Heisk Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/82

Tiragem do mês de Novembro: 49 688

PCP



«Receber condignamente o Congresso do Partido, proporcionar a todos os camaradas as melhores condições de trabalho e uma boa estadia aos que vêm de fora, está naturalmente entre as tarefas que realizamos com grande satisfação e que procuraremos cumprir da melhor forma (...)

Bem-vindos ao Porto para o X Congresso do PCP!
Além duma saudação aos delegados e convidados, vindos de todos os pontos do Continente, das Regiões Autónomas e da Emigração — esta mensagem da Direcção da Organização Regional do Porto (DORP) do PCP é também uma confirmação: todas as estruturas, todos os serviços, todas as tarefas necessárias para acolher milhares de comunistas foram devidamente preparadas por todo o Partido.

Ao mesmo tempo que aqui fica uma brevíssima panorâmica do esforço intenso necessário para assegurar as múltiplas tarefas do Congresso, recordamos também algumas informações muito úteis para delegados e convidados nesta estadia até domingo, no Porto.

Os postos de acolhimento e informação

Tendo como principal missão apoiar os delegados e convidados vindos de outras regiões do País, foi criado um conjunto de postos de acolhimento e informação, a saber:

1. **Palácio de Cristal** — na «Galvota» colocada junto à entrada para o pavilhão dos delegados e convidados (a funcionar de 5.ª-feira até domingo, a partir das 8.00 horas):

- informação prévia sobre alojamentos
- encaminhamento para os Centros de Trabalho onde é feito o acolhimento em cada concelho
- informação sobre transportes e venda de senhas pré-compradas
- outras informações
- trocos para telefonemas.

2. **Palácio de Cristal — exterior** — funciona numa «bilheteira» na entrada dos jardins (no dia 14 das 9 às 21 horas, nos dias 15, 16, 17 e 18 das 8 h. às 19.30 horas):

- informações e resolução de dificuldades de entrada.

3. **Centro de Trabalho da Boavista** — (Av. da Boavista 931/937 — tel. 69 56 51)

- para acolhimento de camaradas destacados para os serviços do Congresso.

4. **Centros de Trabalho de Acolhimento** — Nos Centros de Trabalho abaixo indicados, funcionarão nos dias 14 (das 9.30 h. às 2 horas) e 15 (das 17 horas às 24 h.) para:

- informação e encaminhamento dos delegados para as casas onde ficarão alojados;
- informação e apoio à resolução do problema dos transportes.

Cidade do Porto — no CT do Comité Local do Porto, R. Anibal Cunha, 94 — tel: 31 55 67/31 91 79.

Gaia — no CT da C. Concelhia de V. N. Gaia, Av. República, 674 — tel: 39 43 45.

Matosinhos — no CT da C. Concelhia de Matosinhos, R. Nuno Álvares Pereira, 35 — tel: 93 57 73; no CT da Com. Freg. Sr.ª da Hora, Rua Joaquim Pinto, 285 — r/c; no CT da Com. Freg. S. M. Infesta, Rua da Estação, 22 — tel: 90 42 86.

Gondomar — no CT da interior do distrito do Porto na Maia e Valongo. Os delegados que chegaram ontem ao Porto dirigiram-se aos postos de acolhimento e informação dos Centros de Trabalho dos concelhos onde ficam alojados. Os que chegam hoje devem dirigir-se ao posto de acolhimento e informação no Palácio de Cristal, na «Galvota», junto à entrada do pavilhão, para receberem uma informação prévia. Depois da sessão da tarde devem contactar os Centros de Trabalho de acolhimento, nos diversos concelhos, onde, em diversos casos, serão mesmo esperados pelos camaradas que os vão alorjar. Não esquecer também

Quatro dias de intenso trabalho com delegados e convidados de todo o País

Com. Freg. Rio Tinto, Travessa da Ponte, 134, r/c — Rio Tinto, tel: 989 53 16.

Maia/Valongo — no CT da Com. Concelhia da Maia, Rua D. Afonso Henriques, 664 — Areosa, Águas Santas, tel: 97 32 56.

Dormidas

Tal como o «Avante!» já informou anteriormente, estão garantidas dormidas para os delegados e camaradas de outras regiões destacados para os serviços de apoio ao Congresso. O alojamento está garantido nos vários concelhos da área urbana do Porto, tendo-se definido que, em princípio, os delegados de Lisboa, Setúbal e Beira Litoral ficam alojados no concelho do Porto; do Alentejo no concelho de Gaia; da Madeira, Açores, Algarve e Minho no concelho de Matosinhos (aquirianos e madeirenses na Sr.ª da Hora, algarvios em Matosinhos e minhotos em S. Mamede de Infesta); de Santarém, Leiria e Beira Interior no concelho de Gondomar; finalmente, os de Trás-os-Montes e dos concelhos do

que no parque municipal de campismo da Prelada, na Rua Monte dos Burgos, podem acampar, nas condições normais, os camaradas com carta de campista. Os que não tenham este documento devem dirigir-se ao posto de acolhimento e informação do Palácio de Cristal, para informações complementares. No mesmo posto serão fornecidas todas as informações sobre pensões e hotéis da cidade.

Transportes

Em todos os postos de acolhimento, quer no Palácio de Cristal, quer nos Centros de Trabalho da área urbana do Porto, os delegados e convidados terão ao seu dispor todas as informações sobre transportes e respectivos horários. Nos postos de acolhimento serão vendidas as senhas pré-compradas dos transportes colectivos.

Ao fim da tarde, depois da última sessão de trabalho de cada dia do Congresso, está previsto o reforço das carreiras dos transportes colectivos, facilitando-se, assim, o encaminhamento dos camaradas para os concelhos onde pernottam.

Refeições

O restaurante dos delegados funciona no pavilhão azul, junto ao Palácio, abrindo imediatamente após a sessão da manhã e, depois, após a sessão da tarde, em cada dia do Congresso (à excepção do jantar de domingo, uma vez que o Congresso encerra às 13 horas). Está prevista a seguinte ementa no pavilhão azul: **hoje** — bifés panados com arroz ao almoço e arroz de lulas ao jantar; **amanhã** — carne assada ao almoço e filetes de pescada ao jantar; **sábado** — carne estufada ao almoço e arroz à Valenciana ao jantar; **domingo** — panados ou tripas (à escolha) para o almoço.

As senhas para as refeições devem ser adquiridas aos camaradas do serviço de apoio aos delegados, no decorrer do Congresso. Ainda no pavilhão azul funcionará um bar para os delegados com café, bebidas diversas, sandes, bolos, salgadinhos, leite, etc. No exterior do pavilhão, em serviço para delegados e convidados, haverá dois bares e um balcão especial só para o café.

Nos bares são servidos «pratinhos» ao preço de 100 escudos e ainda caldo verde, sandes, bifanas, bebidas, bolos, café, leite, etc. A aquisição das senhas é feita junto aos respectivos bares, no sistema habitual.

Telefones e posto de Correio

Telefonar do Palácio de Cristal para qualquer ponto do País ou do estrangeiro não é coisa complicada, uma vez que junto à «Galvota» (posto de acolhimento principal) existem várias cabines públicas automáticas, que funcionam com moedas de 2\$50, 5\$00 ou 25\$00.

A partir de hoje e até domingo funcionará um posto especial dos CTT na Avenida das Tílias. E já agora que se fala de correio, é de recordar a iniciativa do «postal especial do X Congresso», à venda no stand dos materiais, e que pode ser enviado para toda a parte.

Lembranças e recordações

No já referido stand de materiais, o participante no X Congresso encontra até domingo objectos diversos que assinalam a grande assembleia dos comunistas portugueses e que marcarão no tempo a realização da iniciativa. São os emblemas, as medalhas, os «crachats»,

os isqueiros, as esferográficas, etc.

Além da recordação especial do X Congresso (uma garrafa de vinho do Porto duma colheita de grande qualidade — 1975, ao preço de 500 escudos), encontramos ainda peças de artesanato do Norte, representativas das diversas regiões, desde Viana do Castelo a Gondomar.

Os livros e os discos — e até vem a calhar, nesta qua-

dra de Natal — estão à venda e em exposição noutra stand.

E já que falámos da quadra natalícia, uma palavra para o mercado de Natal que decorre no Centro de Trabalho de Anibal Cunha, perto do Palácio de Cristal.

Apoio médico

Abre hoje às 8 e 30, mantendo-se em funcionamento até às 21 e 30, o posto de

apoio médico ao Congresso, instalado no jardim do Palácio de Cristal e que está preparado para atender casos ligeiros.

Os problemas considerados mais graves serão atendidos no Hospital de Santo António, a dois passos do Congresso.

Sanitários

Finalmente, uma ideia sobre a localização das insta-

lações sanitárias. Encontram-se em dois sectores: no exterior do pavilhão, ao fundo da rampa de acesso dos delegados e convidados; e na cave do pavilhão, com acesso pela sala do Congresso, do lado esquerdo de quem esteja de frente para a tribuna da presidência.

(No Suplemento desta edição inserimos um mapa da cidade do Porto, uma planta do Palácio de Cristal e outros materiais úteis ao Congresso).

Dezenas de delegações estrangeiras numa grande manifestação de internacionalismo

Cada Congresso do PCP é uma jornada de afirmação internacionalista e de profundo significado para o reforço dos laços de solidariedade que unem os comunistas portugueses com todas as forças que no Mundo contribuem, nas diferentes situações e realidades, para a construção das novas sociedades libertas da exploração.

De novo, temos entre nós para participarem nos trabalhos do X Congresso representantes dessas forças solidárias com a luta dos comunistas portugueses, e que vieram dos mais variados pontos do globo.

No momento do fecho da edição, estavam confirmadas as presenças das seguintes delegações estrangeiras:

- Partido Popular Democrático do Afeganistão;
- Partido Comunista da África do Sul — Moses Mahida, Secretário-Geral;
- Partido Socialista Unificado da Alemanha — Hermann Axen, membro do Bureau Político e do Secretariado do CC;
- Partido Comunista Alemão — Hermann Gautier, Vice-Presidente;
- MPLA-Partido do Trabalho;
- Partido Comunista da Argentina;
- Partido Comunista da Áustria — Irma Schxager, membro do Bureau Político;
- Partido Comunista da Bélgica — Robert Dussart, membro do Bureau Político;
- Partido Socialista Unificado de Berlim-Oeste, Harry Fitchbeil, membro do Bureau Político do Sec. do CC;
- Partido Comunista Brasileiro — Giocondo Dias, Secretário-Geral;
- Partido Comunista Búlgaro — Dimitir Stanichev, Secretário do CC;
- Partido Comunista do Canadá;
- PAICV — Cabo Verde;
- Partido Comunista da Checoslováquia — Poledenik Indrik, Secretário do CC;
- Partido Comunista do Chile — Volodia Teitelboim, membro do Bureau Político;
- Partido Socialista Chileno — Hernan Delcanto, Secretário das Relações Internacionais;
- Partido Congolês do Trabalho;
- Partido do Trabalho da Coreia — Hwang Zang Yop, Secretário do CC;
- Partido Comunista de Cuba — António Perez Herrero, membro suplente do Bureau Político e do Sec. do CC;
- Partido Comunista da Dinamarca — Ib Nordlund, Secretário do CC;
- Partido Comunista Dominicano — Carlos Júlio Baez, membro do CC;
- Partido Comunista de Espanha — Vicente Gutierrez, membro do CC;
- Partido Comunista dos EUA;
- Copte (Etiópia) — Awgichew Kefyalew, membro do CC;
- Partido Comunista da Finlândia — Seppo Toiviainen, membro do Bureau Político;
- Partido Comunista Francês — Philippe Herzog, membro do Bureau Político;
- Partido Comunista da Grã-Bretanha;
- Partido Comunista da Grécia — Antonis Abatielos, membro do Bureau Político;
- Partido Comunista Guadalupeense;
- Partido Guatemalteco do Trabalho;
- PAIGC — Guiné-Bissau — Vasco Cabral, Secretário Permanente;
- Partido Popular Progressista da Guiana — Donald Ramotar, membro do Bureau Político;
- Partido Comunista da Holanda — A. Demoor, membro do CC;
- Partido Operário Socialista Húngaro — Mikos Ovari, membro do Bureau Político e do Sec. do CC;
- Partido Socialista Iemenita — Abdul Ghani Abdul Kader, membro do Bureau Político;
- Partido Comunista Iraquiano;
- Partido Comunista de Israel — Iqmal Mousa, membro do Bureau Político;
- Partido Comunista Italiano — Piero Fassino, membro da Direcção e Sec. da Federação de Turim;
- Partido Comunista da Jordânia — Aziz Ahmad, membro do Bureau Político;
- Partido Comunista do Japão — Yasuo Ogata, membro do CC;
- Liga dos Comunistas da Jugoslávia — Hamrija Pozderac, membro da Presidência;
- PPR — Kampuchea;
- Partido Comunista Libanês — Karim Mrone, membro do Bureau Político;
- Partido Progressista Socialista — Parek Chehab, Vice-Presidente;
- Partido do Progresso e do Socialismo de Marrocos — Simon Levy, membro do Bureau Político e Sec. do CC;
- Partido FRELIMO — Aurélio Manave, membro do CC e Primeiro-Secretário da província de Gaza;
- Partido Popular Revolucionário da Mongólia — Pammdavanguyn Damin, Secretário do CC;
- SWAPO — Namíbia;
- Frente Sandinista de Libertação Nacional da Nicarágua — Hernan Estrada, Chefe da Secção da Europa do Departamento de Relações Internacionais;
- Partido Comunista da Noruega — Kare André Nilsen, membro do Bureau Político e Sec. do CC;
- Organização de Libertação da Palestina — OLP;
- Partido Operário Unificado Polaco — Josef Ceyrek, membro do Bureau Político e Sec. do CC;
- Partido Comunista Romeno — Ione Coman, membro do Comité Político Executivo e Secretário do CC;
- Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe;
- Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional — El Salvador;
- Partido Comunista de El Salvador;
- BAAS da Síria — Fawaz Sayyagh, Suplente da Direcção Nacional;
- Partido Comunista da Síria;
- Partido de Esquerda dos Comunistas da Suécia — Ihan Lenroth, membro do CC;
- Partido Suiço do Trabalho — Arinska Weil, membro do CC;
- FRETILIN — Timor Leste — Roque Rodrigues, membro do CC e Embaixador na RPA;
- Partido Comunista da União Soviética — Mikail Gorbatchev, membro do Bureau Político e Sec. do CC;
- Partido Comunista do Uruguai — Eduardo Vieira, membro do Bureau Político;
- Partido Comunista da Venezuela;
- Partido Comunista do Vietname — Hoong Ha, Suplente do CC e Redactor em Chefe do Nhan Dan, Órgão Central do PCV;
- Revista Internacional — Youri Skliarov, Redactor em Chefe.



COMÍCIOS DE SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

Com a participação de delegações presentes no X Congresso do PCP

SEXTA-FEIRA

16 de Dezembro

VIANA DO CASTELO	Teatro Sá de Miranda	21,30 h.
COIMBRA	Colectividade Norton de Matos	21,30 h.
FREAMUNDE	Salão dos Bombeiros Voluntários	21,30 h.
PÓVOA DE VARZIM	Associação Comercial da Póvoa	21,30 h.

SÁBADO

17 de Dezembro

BRAGA	Liceu Sá de Miranda	21,30 h.
OVAR	Cinema	21,30 h.
ESPINHO	Centro Cultural	21,30 h.
RIO TINTO	Escola Preparatória	21,30 h.

PCP



Comício em Lisboa na próxima 4.ª feira

As conclusões do X Congresso do Partido Comunista Português serão divulgadas em Lisboa no comício que decorrerá no Pavilhão dos Desportos, já na próxima quarta-feira, dia 21. Participam neste comício os camaradas Álvaro Cunhal e José Casanova. O início da sessão está marcado para as 21 e 30.

Fim do Ano em Sines

Em Sines já se prepara com entusiasmo a festa de passagem de ano, numa iniciativa da Comissão Concelhia do PCP. O «reveillon» decorrerá no Salão do Povo, a partir das 21 horas. Durante a festa, funcionará o baile animado pela orquestra Star Band. Durante a festa, funcionará um serviço de bar, onde não faltará o caldo verde e não só...

5.ª zona do CLL Rifas premiadas

No último sábado decorreu no Centro de Trabalho de Benfica o sorteio da rifa «X Congresso», iniciativa da 5.ª zona do Comité Local de Lisboa (CLL). Foram apurados os seguintes números de rifas:

- 1.º - 1423 - uma toalha em renda
- 2.º - 1402 - uma torradeira eléctrica
- 3.º - 1354 - botões de punho em prata e ouro
- 4.º - 1764 - livro do 60.º aniversário do Partido.

O sorteio realizou-se durante uma festa-convívio de divulgação do Congresso.

Banca de Natal no CT da Amadora

Há de tudo... e barato — podia ser o lema da banca de Natal que funciona no Centro de Trabalho da Amadora, todos os dias, entre as 16 e as 23 horas. Entre outras novidades, lá se encontram barros, vidros, almofadas decorativas, brinquedos variados, peluches, vinho da Madeira, aguardente de cana e livros, com destaque especial para os novos lançamentos de Natal. Na banca do CT da Amadora talvez esteja a solução económica e diferente para uma oferta natalícia. Aqui fica o convite da organização concelhia da Amadora.

GRANDE BANCA DE NATAL
A PARTIR DO DIA 6 DE DEZEMBRO
NO CENTRO DE TRABALHO VITÓRIA
AV. DA LIBERDADE, 170

A PARTIR DO DIA 6 DE DEZEMBRO GRANDE BANCA DE NATAL NO CENTRO DE TRABALHO VITÓRIA AV. DA LIBERDADE, 170

GRANDE VARIADADE DE PRODUTOS
ABERTO AO PÚBLICO DIARIAMENTE

Horário das sessões

Hoje	Sábado
10.00 - Abertura do Congresso	09.00 - 5.ª sessão/recomeço dos trabalhos
13.00 - Intervalo para almoço	11.00 - Intervalo
15.00 - 2.ª sessão/recomeço dos trabalhos	11.30 - Recomeço da sessão
17.00 - Intervalo	13.00 - Intervalo para almoço
17.30 - Recomeço da sessão	15.00 - 6.ª sessão/recomeço dos trabalhos
19.30 - Fim dos trabalhos do 1.º dia	17.00 - Intervalo
Amanhã	17.30 - Recomeço da sessão
09.00 - 3.ª sessão/recomeço dos trabalhos	19.30 - Fim dos trabalhos do 3.º dia
11.00 - Intervalo	Domingo
11.30 - Recomeço da sessão	09.00 - 7.ª sessão só para delegados
13.00 - Intervalo para almoço	11.00 - Intervalo
15.00 - 4.ª sessão/recomeço dos trabalhos	12.00 - 8.ª sessão
17.00 - Intervalo	13.00 - Encerramento do Congresso
17.30 - Recomeço da sessão	
19.30 - Fim dos trabalhos do 2.º dia	

Os delegados devem comparecer no pavilhão 30 minutos antes da abertura do Congresso.

Inaugurado o novo Centro do Partido em Pinhal Novo

«Uma prenda preciosa ao X Congresso»

«Trabalhadores de muitas empresas, em muitas localidades, em muitas organizações prepararam prendas para entregar ao nosso X Congresso. Esta não pode estar lá. É demasiado grande para a levarmos. Mas, de qualquer modo, camaradas, julgo que nem por isso — pelo facto de ela estar aqui, no local próprio, com uma função que todos sabemos que é — deixa de ser realmente uma prenda preciosa dos comunistas, dos trabalhadores, dos democratas e antifascistas de Pinhal Novo ao X Congresso do Partido Comunista Português» — declarou o camarada Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, na jornada de inauguração do novo Centro de Trabalho do PCP em Pinhal Novo (distrito de Setúbal).

Ainda sobre o significado desta inauguração, que decorreu em clima de festa, no passado dia 8, Joaquim Gomes dizia que «cada CT que inauguramos é sempre mais uma muralha que erguemos na defesa e consolidação do regime democrático, na defesa e consolidação do 25 de Abril. Nós não temos a pretensão, nunca tivemos, de que a defesa do 25 de Abril é obra só dos comunistas, mas sabemos perfeitamente, e disso temos consciência, de que cada CT é, sem dúvida nenhuma, mais uma pedra no edifício que estamos a construir em conjunto com todos os trabalhadores, com todos os democratas, com todos os antifascistas, uma pedra no edifício que há-de ser ele em si mesmo, já o é e vai continuar a ser, a melhor defesa do regime que conquistámos com o 25 de Abril».

Uma intervenção de Joaquim Gomes incluiu-se no comício realizado à tarde. No período da manhã a inauguração propriamente dita foi motivo de grande alegria, a que toda a freguesia se associou. Ouviu-se o «Avante Camarada» e a «Internacional». Foi içada a bandeira do Partido, numa das janelas do novo Centro. Ouviram-se morteiros em honra do Congresso e como símbolo dum atmosfera de entusiasmo que se estendeu pelo dia fora. Entusiasmo a que se associou a emoção nos rostos de muitos dos presentes.

Depois, foi a entrada de dezenas de militantes e amigos do Partido na nova casa, cuja 1.ª fase de conclusão das obras foi agora assinalada. O trabalho vai continuar!

Não se vence a crise com a política que a provocou - salientam os comunistas de Santarém

«No distrito de Santarém, em muitas localidades, há uma situação de crise que não se vence com a política que a provocou. Existem outras soluções para os problemas nacionais — sublinha a Direcção Regional».

Os comunistas da região de Santarém chamam também a atenção para as dívidas do patronato à Previdência, atingindo «no nosso distrito só o valor das dívidas de mais de mil contos (por empresa) até final de 1982, cerca de um milhão de contos».

Depois de recordar que «o desemprego atinge em grande profundidade o sector agrícola no nosso distrito (em Coruche, Almeirim, Benavente, Alpiarça e Chamusca há já milhares de trabalhadores no desemprego)», a DORSA denuncia o roubo do 13.º mês e os ataques ao Poder Local, comenta a situação económico-financeira do País e a questão da dívida externa e conclui:

«O Governo PS/PSD, liderado por Mário Soares, é um Governo do grande capital, o seu único objectivo é defender os interesses dos mais ricos e poderosos e está completamente virado contra a maioria daqueles que nele próprio votaram. É necessário travar quanto antes o desastre económico e a miséria. Não há outra solução que não seja a demissão do Governo Mário Soares/Mota Pinto. E para o conseguir não há outro caminho que não seja a luta organizada dos mais vastos sectores da população, que acabará por impor uma saída democrática para a crise e a formação de um Governo Democrático de Salvação Nacional».

Três mil trabalhadores de 74 empresas atingidos pelo flagelo dos salários em atraso no distrito

foram já despedidos e em muitas há ameaças de continuar a vaga de despedimentos e de limitação dos direitos e liberdades dos trabalhadores».

O funeral de Maria Lamas

Centenas de democratas prestaram uma última homenagem a Maria Lamas, incorporando-se no cortejo fúnebre que partiu da Casa da Imprensa, em Lisboa, em direcção ao cemitério da Ajuda.

Símbolo de coragem, coerência e combatividade, qualidades que a acompanharam em todos os actos da sua vida ao longo de 90 anos, a camarada Maria Lamas ficou sepultada em campa rasa, conforme seu desejo expresso.

Seria, aliás, em torno da sua figura de mulher vertical, empenhada na luta pela liberdade e a justiça, que incidiram os breves discursos fúnebres proferidos por Virgínia Moura, companheira de luta de Maria Lamas durante várias décadas, Silas Cerqueira, do movimento para a Paz que enalteceu o papel da resistência na luta contra a guerra, Dias Lourenço, da Comissão Política do Comité Central do PCP e Luísa Amorim, dirigente do MDM.

Esta última, recordando o «sorriso terno» e o carinho posto por Maria Lamas «no mais íntimo gesto», referiu-se-lhe como o «arado que sulcou a terra» onde as mulheres portuguesas continuam a «semear a luta e a solidariedade, o combate, a resistência e a paz».

Luísa Amorim aludiu ainda «à divisa não totalmente paga a Maria Lamas, referindo-se às forças que a maltrataram durante dezenas de anos e que, hoje, depois do 25 de Abril, continuam a ser uma ameaça».

«É preciso persistir e lutar — prosseguiu — como persistiu e lutou Maria Lamas».

António Dias Lourenço, na sua curta intervenção, destacou também o papel de Maria Lamas como mulher, cidadã e lutadora, classificando-a como uma «combatente pela paz e pela dignificação da mulher portuguesa».

«A sua vida resume as inquietações, os problemas, as esperanças e as certezas deste século — assinalou o dirigente comunista — o que faz dela uma cidadã não apenas da terra que a viu nascer mas do mundo inteiro».

Depois de chamar a atenção para as convicções políticas e laicas de Maria Lamas que «mesmo na morte quis ver respeitadas» e de recordar que, no entanto, «ninguém tinha mais respeito do que ela pelas convicções religiosas e democráticas dos outros», Dias Lourenço sublinhou que «nós, comunistas, que com ela partilhámos os mesmos ideais e princípios, sentimos-nos orgulhosos do seu exemplo de camarada, da sua afabilidade, comunicabilidade e honestidade política».

Beira Interior Mais 61 novos militantes!

Durante as actividades preparatórias do X Congresso na região da Beira Interior inscreveram-se no Partido mais 61 novos militantes — revela a Direcção Regional do PCP, que apresenta em comunicado um primeiro balanço sobre os trabalhos de preparação e divulgação do Congresso na Beira Interior.

Em contacto estabelecido com o «Avante!», a DORBI sublinha que as Teses apresentadas pelo Comité Central mereceram apoio generalizado nos debates realizados na região, e nos quais participaram mais de um milhão de camaradas e simpatizantes do Partido. Nas reuniões e plenários efectuados recolheram-se algumas propostas de aditamento e alteração, verdadeiros contributos para o enriquecimento das Teses.

José Dias Coelho • Homenagem na 2.ª feira

A memória de José Dias Coelho, assassinado há 22 anos pela polícia política do regime fascista, será de novo evocada publicamente na próxima segunda-feira, dia 19, no bairro de Alcântara, em Lisboa.

A jornada, marcada para as 18 e 30, é organizada pelo Partido e consta de concentração e comício na rua onde o escultor foi assassinado pela Pide, hoje Rua José Dias Coelho.

Estará presente um camarada da direcção do PCP.

Assembleia da República

Orçamento em

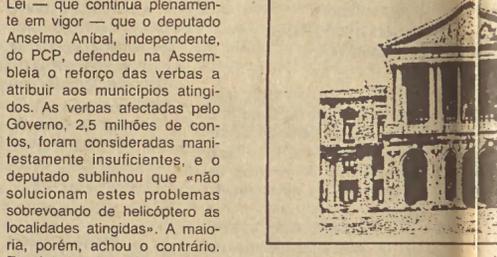
Os «critérios»

De volta ao plenário, a Lei do Orçamento do Estado veio pôr a nu não apenas as já anunciadas ilegalidades de que enferma como também as contradições internas da maioria que, se vota unânime e silenciosa, não deixa de pôr em questão, nos bastidores, algumas concepções e medidas cozinhas pelo Governo que apoia. Tal facto, que já havia sido detectado quando dos debates na Comissão Parlamentar respectiva, veio ao de cima no hemiciclo de novo reunido desde segunda-feira passada. A falta de quorum, na noite de segunda-feira e na manhã de terça, apenas quis significar que, no tocante à Lei das Finanças Locais — diploma que afinal foi mais discutido do que o próprio Orçamento —, as opiniões se dividem na maioria quanto ao modo de a rever. Mas quanto à sua legal revisão, mais golpe menos golpe, PS e PSD estão de acordo.

Sobrevoar os problemas

O PCP propôs o reforço de 5,7 milhões de contos à verba a atribuir às autarquias afectadas pelas cheias do passado mês de Novembro, no mesmo dia em que eleitos e populações dessas mesmas autarquias se concentravam em frente a S. Bento protestando contra a posição assumida pelo Governo e exigindo o cumprimento da Lei das Finanças Locais.

Foi de resto ao abrigo desta Lei — que continua plenamente em vigor — que o deputado Anselmo Anibal, independente, do PCP, defendeu na Assembleia o reforço das verbas a atribuir aos municípios atingidos. As verbas afectadas pelo Governo, 2,5 milhões de contos, foram consideradas manifestamente insuficientes, e o deputado sublinhou que «não solucionam estes problemas sobrevoando de helicóptero as localidades atingidas». A maioria, porém, achou o contrário. E rejeitou a proposta comunista.



Rejeição sistemática

A rejeição sistemática de todas as propostas da oposição foi, aliás, recordada logo na segunda-feira pela intervenção do deputado do PCP, Octávio Teixeira, em declaração de voto sobre o Relatório da Comissão de Economia, Finanças e Plano, referente às votações na especialidade da proposta de Lei do OE. Depois de sublinhar que o grupo parlamentar do PCP apresentara no início dos debates na especialidade um conjunto articulado de propostas concretas com vista a minorar os «aspectos mais graves da política governamental», propostas quantificadas e fundamentadas que «permitiriam evitar a recessão no investimento público e os cortes drásticos de despesas sociais imprescindíveis, o deputado comunista acusou os deputados governamentais de rejeitarem uma a uma «todas as pro-

A valsa das transferências

Mas o escândalo não acaba aqui e tudo indica que não se acabará com estes debates que, até agora, o prato forte tem sido as Finanças Locais. Logo na segunda-feira a maioria avançou com o golpe da revisão da Lei 1/79, através de uma norma revogatória incluída no Orçamento do Estado.

O Governo pedira — e obteve — autorização legislativa há meses foi tornado público, para aprovar uma lei de delimitação das áreas de investimento que transferisse para os municípios competências hoje da alçada da administração central. Tendo sublinhado a um simulacro de debate público a proposta, o debate orçamental começou sem

Terra

MAP, GNR e no saque às lavouras - cresce a resistência

No momento em que decorre a campanha das sementeiras, período naturalmente marcado por um maior esforço e empenho da parte dos trabalhadores, aí temos de novo, actuando na mais completa ilegalidade e impunidade, funcionários do Ministério da Agricultura e grupos de agrários ao assalto de UCP's/Cooperativas Agrícolas no Alentejo.

Os últimos casos ocorridos evidenciam que se está perante uma nova escalada da ofensiva contra a Reforma Agrária arquitectada nos gabinetes do Governo em estreita coordenação com os agrários e a GNR que, desta forma, continua a deixar-se utilizar para dar cobertura a acções ilegais, autênticos roubos das instalações e bens dos trabalhadores.

Desta feita o ataque — rodeado de forte aparato repressivo onde se destacaram os já célebres capitães da GNR, Correia Dias e Jerónimo Santo, a que não faltou o apoio de bandos de marginais, e de equipas de agrários e feitores — comandado por zelosos funcionários da Direcção Regional da Agricultura do Alentejo, incidiu, na passada semana sobre cinco UCP's/Cooperativas, tudo a favor de um único grande agrário absentista, José António Colares Pereira Fernandes Soares, de seu nome.

Mas conhecemos um pouco do rol de desmandos cometidos, segundo o relato dos trabalhadores: Na UCP «Vale d'El Reto», onde foi demarcada

MARN discrimina

O Movimento de Ações (Beiras) manifestou a sua indignação com a discriminação com que a cultura no processo de desenvolvimento de um novo projecto de lei de como na proposta de Lei da República.

Lembra o MARN que a efectivação em Coimbra de um «recesso» e simplesmente «recesso» dos rendeiros, que impede o profundo dos produtores de terra, no decorrer da campanha de voto de congratulação pela aprovação das organizações de trabalhadores, zado no passado de 13 de Novembro, um importante contributo entre os agricultores.

plenário

«os» da maioria

que se encontrasse discutida, promulgada e publicada a lei em questão. Optou então por inserir no OE as próprias disposições ordenando transferências de competências.

Quais? A versão original da proposta 47/III (Orçamento do Estado) dizia apenas «novas competências nos domínios do ensino primário e da Acção Social Escolar».

Perante a reacção de eleitos autárquicos e de professores, e as reticências no seio do PSD, os partidos da maioria encetaram negociações de bastidores, nos termos das quais anunciaram nova solução. Que afinal representa uma forma ilegítima e atribulada de transferência de competências mas que significa também um recuo. Nos termos do texto aprovado após negociações laboriosas entre os parceiros da coligação, os municípios, no ano de 1984, passam a ser responsáveis pela «gestão dos equipamentos de educação pré-escolar, do ensino primário e do ciclo preparatório TV e pela coordenação do processamento de vencimentos do

mais encargos. Ignoram quanto vão receber durante o ano para fins de Acção Social Escolar; qual o critério de distribuição. Terão de realizar despesas de investimento e de pessoal para poder ocorrer às novas competências para as quais não estão preparadas...

O critério do pedregulho

Aprovada a «solução» encontrada pela maioria na questão das competências, entrou-se na questão dos «critérios» de distribuição de verbas pelas autarquias. O campo era o mesmo, o da revisão, por interposto Orçamento, da Lei das Finanças Locais. Os critérios é que foram um bico de obra.

Toda a oposição e mesmo a UEDS se levantaram contra os «critérios» avançados pelo Governo ou, pelo menos, contra a ausência de uma definição clara desses mesmos critérios.

Na lista de distribuição de verbas do Fundo de Equilíbrio Financeiro, novo artigo proposto pelo PS e PSD, os critérios da Lei de Finanças Locais em vigor são alterados e agora entram em linha de conta os critérios como a «orografia» (o relevo), a montanha ou o que em linguagem geográfica se lhe quiser chamar).

Anselmo Anibal acusaria os governantes de, no jogo de critérios, usarem de dois pesos e duas medidas: enquanto que para o continente os critérios são uns, para as regiões autónomas são outros. Na atribuição de verbas, há municípios que foram contemplados com mais 5 mil contos, outros com mais um conto, outros com zero, outros com menos dinheiro. «Que critério foi o seguido?», perguntou o deputado. «O dos pedregulhos? Estes critérios são, a nosso ver, o caminho aberto para que os municípios fiquem sem saber que orçamento têm, sem poder prever nem planificar o futuro».

Menos verbas mais encargos

A solução aprovada pela maioria remete para um diploma do Ministério das Finanças e Plano, do Ministério da Administração Interna e do Ministério da Educação, a regulamentação do exercício das novas competências. Estas serão suportadas à custa da já magra dotação do Fundo de Equilíbrio Financeiro (51 milhões de contos).

Os debates comprovaram que a essa verba devem ainda ser subtraídos 900 mil contos para fins de Acção Social Escolar. Resultado: as autarquias ficam com menos verbas para

cretária de Estado do Trabalho Autárquico, tentou explicar os critérios — e foi dizendo que isso da orografia se baseava num estudo da CEE aplicado a Portugal. O que levou Carlos Brito, presidente do grupo parlamentar comunista a ironizar — «a altitude da Suíça é índice de pouco desenvolvimento?» — e a recolocar a questão: «Tudo isto está errado — é agora que estamos a discutir critérios! Devíamos era estar a discutir as verbas aplicadas aos critérios anteriormente definidos.»

Votação — oposição contra; maioria mais ASDI a favor; UEDS abstém-se por não se considerar esclarecida a questão dos critérios.

Outro artigo novo introduzido, revogando disposições da Lei 1/79, deixou o PS e PSD isolados. Todos os outros partidos consideraram que, se o Governo dispunha de uma autorização legislativa para alterar a Lei, não deveria ser o Orçamento a fazê-lo. João Amaral, do PCP, classificou tal artigo como o «selo» de uma série de disparates e ilegalidades.

João Amaral interveio ainda na discussão de outro novo artigo que revelava todas as contradições de um processo atabalhoado — tal artigo não tinha sequer em conta o facto de terem sido anuladas as alíneas sobre as quais se debruçava. Para além disso, tentando equilibrar os critérios novos de atribuição de verbas, servia para retirar aos municípios que recebiam mais de 10 por cento verbas para atribuir aos que recebiam menos, acabando por não se aplicar nenhum critério.

«Mas que raio de critério, sr. Ministro!», disse João Amaral.



Roubo às autarquias

A maioria PS/PSD consumou o roubo feito às autarquias locais em matéria de Finanças Locais — disse ao «Avante!» o camarada Silva Graça num intervalo dos debates na terça-feira passada. — E fê-lo de uma maneira que é um verdadeiro escândalo jurídico: roubou 82 milhões de contos. Roubou mais a umas Câmaras que a outras, o que mostra o carácter discriminatório da sua actuação.

Além disso ignorou uma lei da República em pleno vigor, a Lei 1/79, e aplica para as contas do Orçamento do Estado uma lei inexistente. E faz mais: através do OE introduz normas revogatórias que revogam uma lei da República, o que é o golpismo mais acabado.

Isto vai ter consequências muito graves para todos os municípios. Mesmo para os menos prejudicados, porque verão os seus encargos e competências aumentados e as suas verbas altamente reduzidas.

Isto é a continuação, para pior, da política da «AD» e vai levar a situações muito graves nas Câmaras Municipais e com graves consequências para as populações que vão arcar com os prejuízos decorrentes.

Isto é, finalmente, completamente o oposto do que o PS prometeu ao eleitorado — o cumprimento integral da Lei de Finanças Locais.

Deparamos com um Governo incapaz de responder às perguntas formuladas, que ficou nu perante o parlamento, e com uma maioria de deputados PS/PSD, seguidista e cúmplice de toda esta ilegalidade.

Voto unânime na AR

Apresentado pela camarada Alda Nogueira, foi votado por unanimidade na Assembleia da República, na passada segunda-feira, um voto de pesar pela morte de Maria Lamas, falecida em 6 do corrente. O voto, que salienta o papel da «escritora, jornalista, militante antifascista» na defesa da causa da paz, dos direitos da mulher e da criança e de todos os cidadãos em geral», sublinha que Maria Lamas «é merecedora do maior respeito e admiração de todos nós, homens e mulheres portugueses».

Alfimum Alda Nogueira, a dado passo da sua intervenção: «O grande mérito de Maria Lamas de se fazer ouvir e

ter, entender, compreender e até apoiar, por indivíduos das mais variadas classes e opiniões tinha as suas raízes no seu humanismo, actuante, na sua formação democrática, na sua coerência política, na sua grande sede de verdade e justiça».

Vítima de perseguições do mais variado tipo, económicas inclusive, expulsa da direcção da Revista «Modas e Bordados» por se recusar a abandonar a presidência do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, presa várias vezes, já com avançada idade, esta mulher cujo coração deixou de bater na madrugada de seis de De-

zembro, está e mantém-se ligada ao que de mais importante teve lugar no campo das forças democráticas, progressistas, culturais e pacíficas da nossa terra.

A condecoração da Ordem da Liberdade que lhe foi conferida é disso mesmo um reconhecimento.

(...) O País perdeu com a morte de Maria Lamas uma grande figura nacional, uma grande mulher que entrou na História.

É este acontecimento que no voto de pesar proposto pelo Grupo Parlamentar do PCP a esta Assembleia, que em vida já a homenageou, se reconhece e se sublinha.

Poder local

Monforte da Beira: Porquê?

Um caso exemplar das tácticas reaccionárias e das alianças do PS

As eleições para a Assembleia de Freguesia de Monforte da Beira, concelho de Castelo Branco, que se realizaram no passado fim-de-semana, saldaram-se por uma vitória da lista que, com a sigla do PS, era composta pelo PS e toda a direita.

Enquanto anteriormente a Assembleia de Freguesia era constituída por 4 eleitos da APU, 2 do PS e 3 do PPD, passará agora a ser composta por 4 eleitos da APU e 5 do PS/PPD. A APU, que em Dezembro de 1982 tinha eleito o presidente da Junta de Freguesia, o camarada João Nunes, perdeu-o agora a favor da lista de coligação encapotaada do PS com o PPD, apesar de ter subido de

ministrativa da freguesia pela Câmara de Castelo Branco (com os votos da «AD» e do PS) em que a APU não estava representada e de que faziam parte eleitos que se tinham demitido. Quer um facto, quer outro, violam descaradamente as leis em vigor, para não falar já das mais elementares regras democráticas.

Para este seu comportamento o PS e o PPD não

Junta da APU empenhou-se em particular o presidente da Câmara de Castelo Branco e deputado do PPD, que interveio abertamente e com um papel determinante na campanha «do PS». Membros do Governo intervieram, com o peso do Estado, na campanha, todos para fazer ou avallar promessas «sob condição» de a APU não ganhar. Assitiu-se assim a um descarado abuso do Poder, a uma utilização sem escrúpulos da máquina do Estado, a uma desonestidade sem limites na luta eleitoral.

Como se isto não bastasse, o PS/PPD recorreu a outras armas igualmente sujas. Foi o caso da chantagem religiosa, através do lançamento de um boato, certamente à margem das autoridades envolvidas, segundo o qual o Bispo retiraria o padre de Monforte da Beira no caso de a APU ganhar de novo as eleições. Será este facto totalmente estranho à enorme afluência às urnas, que superou tudo o que é normal em eleições autárquicas, ultrapassando até significativamente a afluência em eleições para a Assembleia da República?

Uma boa batalha

A batalha de esclarecimento travada pelo Partido e pela APU em Monforte da Beira permitiu um aumento de 33% de votos, partindo já de uma votação elevada de 40,5%. Computando os votos da lista do PS pelo PS e pelo PPD, veremos, seja qual for o critério utilizado, que foi a APU quem mais subiu, em termos absolutos e relativos. A percentagem de 44% de votos é uma boa percentagem em qualquer parte do País, e é excelente numa região em que é ainda tão larga a influência da reacção, com que o PS se tem vindo crescentemente a misturar e confundir. O PS e o PPD jogaram sujo e, de momento, ganharam a Presidência da Junta. Mas a consolidação da votação anterior e o largo aumento de votos da APU que se verificou e, sobretudo, o esclarecimento que lhe está na base, representam uma aquisição importante do Partido e da APU para as novas batalhas que se seguirão. As sementes foram lançadas e não-de dar fruto. O crime não compensa, ainda que provisoriamente possa parecer o contrário.

Chantagem

Todo o comportamento posterior do PS/PPD foi igualmente profundamente desonesto e falho de escrúpulos, mostrando bem que entendimento de democracia e de eleições tem esta gente.

Numa aldeia que sempre tinha votado ao abandono, a Câmara colocou máquinas a trabalhar a quatro-contos hora neste período. Prometeu obras e verbas, afirmando abertamente que «fecharia a torneira» se a APU ganhasse. Na tarefa de fazer promessas de obras sob a condição de o povo de Monforte não voltar a eleger um Presidente da



A APU perdeu a presidência da Junta, mas Monforte da Beira ganhou muita coisa — e em primeiro lugar a coragem de muitos que continuaram a luta contra o isolamento e o abandono que PS/direita vão querer prosseguir, voltada a página da demagogia-caça-votos

224 para 298 votos e de 40,5 para 44%, o que corresponde a um aumento da sua votação em 74 votos e 33%.

Desrespeito pela democracia

A verdade é que o PS e a direita nunca foram capazes de aceitar o resultado de Dezembro de 1982. Incomodava-os uma vitória da APU numa freguesia da Beira Baixa e num concelho de Presidência «AD». Incomodava-os o trabalho sério, eficaz e dedicado que estava a ser feito, o esbaltamento de preconceitos que dele resultava e, sobretudo, o apelo à população para que fosse ela própria, através da luta e da participação, a alterar a situação de abandono e ostracismo a que a freguesia estava votada. Por isso, desde o primeiro momento, o PS e o PPD, com o apoio da Câmara, empenharam-se em criar toda a sorte de dificuldades. Embora com a maioria relativa, a APU ficou apenas com o Presidente da Junta, porque tal resulta da lei e não era possível tirá-lo. O secretário e o tesoureiro da Junta, o presidente e os secretários da mesa da Assembleia de Freguesia foram repartidos entre o PS e o PPD. Depois, ao longo dos meses, estes partidos tudo fizeram para que os problemas, da freguesia não fossem resolvidos. Até a assinatura em cheques, essencial para fazer pagamentos, foi recusada.

Tudo isto veio a culminar com o derrube da Assembleia de Freguesia pelo PS/PPD e com a designação de uma Comissão Ad-

	AF 1982		AF 1983	
	N.º	%	N.º	%
Inscritos	874		854	
Votantes	553	63,3	677	79,3
APU	224	40,5	298	44,0
PS	123	22,2	370	54,6
AD	158	28,6	—	—
(PS + PPD + CDS)	281	50,8	370	54,6

marginais prosseguem impunes UCP's/Cooperativas ausência dos trabalhadores

15 640 contos, tendo ainda oito famílias recebido ordens de expulsão das suas casas; na UCP «6 de Agosto», em Arraiolos e Água de Lupe em Évora, foram seis novilhos, um touro, 40 mil quilos de silagem, 400 toneladas de lenha, tudo avaliado em 1680 contos; na UCP «Cravo Vermelho» de Sousa e Pegora o saque cifrou-se em 22 vacas, 22 bezerros, um tractor, uma ceifeira, 12500 quilos de cevada e aveia, valores que ascendem a 3180 contos.

Outra sorte esperou, porém, os agrários e elementos do MAP na UCP Santa Sofia

quando se preparavam para levar bens avaliados em 15 mil contos. Aqui, devido à forte concentração e resistência dos trabalhadores, foram obrigados a bater em retirada sem terem conseguido lograr os seus objectivos.

O Secretariado das UCP's/Cooperativas Agrícolas de Évora alerta, entretanto, em comunicado para o facto de ao roubo das terras se estarem a somar os processos de execuções fiscais com ameaça de penhora de bens por alegadas dívidas ao Crédito Agrícola de Emergência, situação tanto mais escandalosa quanto o Governo

continua a recusar o pagamento das dívidas do Estado às UCP's/Cooperativas.

Depois de considerarem que esta política de destruição da Reforma Agrária está na origem directa da quebra da produção e produtividade agrícola, no abandono de milhares de hectares de terras e no crescente número de desempregados, aquela estrutura sublinha que, depois de sete anos de criminosos ataques, é «tempo de se dizer basta» a esta política de destruição e fome, «é tempo de os órgãos de soberania e em especial a Assembleia da República e o Presidente da

República intervierem mais activamente» no sentido de fazer parar esta política de reconstrução dos latifúndios que leva o País e a agricultura à miséria.

Entretanto, a forte resistência organizada dos trabalhadores agrícolas impediu no distrito de Évora, já no início desta semana, a consumação de mais ilegalidades por parte do Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação (MAFA).

Assim, foi gorada a tentativa de liquidar a UCP «Terra Livre», em Cabeço, Mora, através da entrega de 1144,2 hec-

tares de 13 contemplados num concurso público. Sentindo-se justamente lesados, os cooperantes opuseram-se a que o resultado do seu sacrifício e trabalho fosse parar às mãos de indivíduos parasitas e sem escrúpulos.

Por outro lado, na UCP Santa Sofia, no concelho de Montemor-o-Novo, os trabalhadores impediram de novo que um equipa do Ministério da Agricultura acompanhada por elementos da GNR transportados em 14 jipes roubassem os seus bens, constituídos sobretudo por centenas de cabeças de ovelhas e de suínos.

Castanha por escoar

Centenas de toneladas de castanhas continuam à espera de escoamento nos concelhos de Bragança, Vinhais, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar, sem que se vislumbrem hipóteses desta situação vir a ser alterada.

A denúncia do caso partiu da Liga dos Agricultores do concelho de Bragança que em comunicado manifesta o seu descontentamento pelo desprezo a que o Governo vota as reivindicações da lavoura, designadamente a que se refere ao escoamento a preços garantidos dos seus produtos.

Recorde-se que a questão do escoamento da produção agrícola é um problema cíclico que praticamente atinge todos os agricultores que ora se vêem a braços com a batata, ora com outros produtos como agora sucede com a castanha.

A Liga considera que a situação presente é ainda aprovada pelo facto de a pouca castanha que é escoada estar a ser paga a um valor que é quase metade daquilo que foi pago em 1982, sem que o Governo nada faça para resolver a situação.

Lavoura de Braga cria Associação de Defesa

Agricultores e organizações da lavoura de Braga criaram no último domingo no decorrer de um Encontro realizado no Parque de Exposições daquela cidade a Associação de Defesa dos Agricultores.

Após a discussão e análise dos principais problemas que atingem a lavoura da região, os presentes elaboraram um conjunto de propostas que, a serem concretizadas, permitirão resolver os problemas existentes e que constam de uma «Carta de Reclamações» a apresentar aos órgãos de soberania.

Nesse documento os agricultores e suas organizações chamam a atenção para os factores que contribuem para a baixa de produção na região, para a degradação do efectivo pecuário e consequente redução da produção leiteira, e ainda para a crescente poluição dos cursos de água e seus efeitos negativos na vida das populações.

Alto do Lumiar

Alienação de Lisboa continua

A abstenção do PS voltou ontem a derrotar uma proposta da APU, apresentada à reunião da vereação de Lisboa, para anular o chamado Projecto do Alto do Lumiar — mais um dos projectos Abecasis para a desmunicipalização do solo urbano em Lisboa, isto é, a sua alienação aos interesses privados «em troca» de pretensos interesses da cidade e dos seus habitantes.

De facto, como se afirma na proposta da APU e na intervenção de Rui Godinho, que a defendeu, esta é uma parte de um dito «programa de recuperação das áreas degradadas», supostamente destinado a re-

solver o problema habitacional dos muitos que actualmente vivem em barracas na área envolvida, nomeadamente Musgueiras. Do que se trata, para a «AD» (e para o PS que deixa passar abstenção-se), é de passar terrenos municipais valiosos para a mão de grandes

empórios imobiliários que posteriormente especulariam com eles a seu bel-prazer; que aí construiriam habitação de luxo ou a preços elevados, inacessíveis às camadas carenciadas da população, furtando-se ainda à construção dos equipamentos e infra-estruturas sociais. «As populações que actualmente aí vivem — afirma Rui Godinho — seriam expul-

sas das áreas respectivas, indo ocupar as zonas da cidade incógnitas ainda livres — onde teriam de construir novamente a sua barraca...»

A proposta da APU — a que só a «AD» teve a coragem de se opor abertamente — alerta ainda para a ligeireza com que está a querer-se executar tal operação (mais de novos 20 mil fogos em cerca de 300 hectares) «sem minimamente avaliar os seus impactos de natureza urbanística no tecido urbano da cidade de Lisboa, nos sistemas de transportes e viários da cidade e da região, nas infra-estruturas existentes».

Nacional

Distrito do Porto

Autarquias sabem o que vale a APU

• Entrevista com Helena Medina

A recente vitória na luta contra o aumento brutal e ilegal das tarifas da energia eléctrica na cidade do Porto trouxe a primeiro plano a importância que também ali assume a conjugação das acções das populações que defendem os seus interesses com as dos eleitos nos órgãos de Poder Local, quando estes honram e cumprem activamente os mandatos que receberam.

É «o segredo» dos comunistas e outros eleitos e activistas da APU, cuja coerência, combatividade e eficácia e a constante ligação às massas acabam frequentemente por sobrelevar situações de minoria, arrastando para posições justas eleitos de outras forças e derrotando — como é o caso — a actual maioria PS/PSD nos órgãos municipais do Porto, no geral apostada na sabotagem da legalidade, dos programas aprovados, das próprias promessas eleitorais. Ougamos de Helena Medina, membro do CC do PCP e eleita pela APU na Assembleia Municipal, o que tem sido e como tem progredido aqui esta luta em defesa das populações.

Avante! — Poderíamos talvez começar por abordar a questão eleitoral no distrito, atendendo naturalmente à evolução da APU.

Helena Medina: — Nos últimos anos e particularmente depois das eleições autárquicas de 1979, tem-se desenvolvido muito a influência dos comunistas e da APU nos órgãos autárquicos do Porto. Este significativo aumento reflecte-se não só pelo aumento do número dos seus eleitos, mas também na acção permanente e qualificada dos órgãos do Poder Local, e no peso real dos seus eleitos na vida de muitas autarquias, bem superior ao seu peso numérico.

Av: — Falas em peso real superior ao peso numérico. Há necessariamente aí uma questão de qualidade a explicar o «fenómeno»...

H. M.: — Evidentemente, e a «questão», como dizes, está em que a permanente ligação ao Partido e às populações, o estudo dos problemas e das melhores soluções para estes, a denúncia pronta do que vai contra os interesses populares, da corrupção e do compadrio, a interligação entre a sua acção e a acção e movimentação das massas, dá aos eleitos comunistas e à APU uma redobrada capacidade e eficácia de intervenção.

Av: — Intervenção que também se traduz em números...

H. M.: — ... Que traduz o aumento do número de votos nas eleições autárquicas, particularmente acentuado nos grandes centros populacionais, que exprime o prestígio crescente da acção dos comunistas nos órgãos autárquicos mesmo em minoria e o prestígio nacional da acção das autarquias de maioria APU. No nosso distrito cada vez é maior o número de pessoas que, ainda que iludidas sobre o papel do Partido Socialista e do próprio PPD no plano nacional e com preconceitos anticomunistas, reconhecem publicamente que nas autarquias a força mais capaz de resolver os problemas é a APU.

Av: — O trabalho, a limpidez de processos, a transparência dos actos, o fim de contas, a grande arma dos comunistas...

H. M.: — Exacto. Trabalhar é, de resto, a orientação definida pelo nosso Partido (e expressa nas Teses apresentadas ao X Congresso), segundo a qual se tem norteado a nossa acção no distrito e se tem mostrado inteiramente justa — trabalhar sempre para resolver os problemas das populações, apoiar, todas as propostas justas e rejeitar todas as propostas lesivas das populações e do Poder Local qualquer que seja a sua origem, lutar pelo funcionamento democrático dos órgãos, contra a sua partidarização e contra a sua utilização para fins que não sejam do exclusivo interesse das populações.

Pormenorizando um pouco

Av: — Pormenorizando um pouco a acção da APU nas Autarquias do distrito, há aspectos que merecem relevo, como, por exemplo, o combate e a denúncia da corrupção.

H. M.: — Não são poucos, nos últimos anos, os casos de compadrio e de corrupção que temos denunciado, tendo mesmo alguns casos impedido a sua concretização. Alguns exemplos: o Plano de pormenor da Zona Norte na Póvoa, a Urbanização do Monte Grande em Gaia, as grandes negociações da AD na Câmara do Porto em 79/82, a «oferta» do terreno do legado Augusto Simões à Universidade Católica na Maia, a alienação de importante zona do Monte de Santana para a Sopedre, em Vila do Conde, a distribuição de casas do FFH no Marco de Canaveses, por compadrio, o recente escândalo com a firma «Prove-ne», na Maia...

Mas a acção da APU tem sido também a luta constante

a ser melhoradas substancialmente as condições de trabalho dos trabalhadores da limpeza (fardas novas, melhoria das instalações, etc.) e foram criados vários serviços ou estão em fase de arranque: recolha de lixos comerciais e industriais, recolha de objectos domésticos de grandes dimensões e de aparas de jardins de particulares através de pedido telefónico de municípios, limpeza mecânica das praias, intensificação da desratização, etc., etc.

A questão da electricidade

Av: — Há muitos anos que é voz corrente — sobretudo em Lisboa — que no Porto não «se mexe» nos preços da electricidade de qualquer maneira, que o pessoal não deixa. «Vejam lá no Porto, se

pela aprovação atempada dos Planos de Actividade e Orçamento, permitindo assim o melhor controlo da actividade autárquica, pelo funcionamento efectivo dos órgãos, pelo respeito das suas competências e pela efectiva descentralização.

Av: — Em traços muito gerais, fala-nos dessa actividade da APU em Pelouros da sua responsabilidade.

H. M.: — Neste momento adquire uma particular expressão a resolução de muitos e graves problemas directamente pela acção e actividade da Aliança Povo Unido e dos seus eleitos nas Juntas e Assembleias de Freguesia, nas Câmaras e Assembleias Municipais, nos Pelouros específicos que lhes estão atribuídos — Habitação em Gondomar e na Maia; Trânsito, Transportes, Mercado e Abastecimentos em Matosinhos; Limpeza e Serviços Gerais no Porto; Saúde e Assistência, Transportes e Comércio na Póvoa; Feiras, Mercados e Cemitérios em Santo Tirso; Higiene e Limpeza em Valongo; Meio Ambiente, Jardins, Trânsito e Transportes em Gaia.

Vereadores da APU integram ainda os conselhos de administração dos Serviços Municipalizados em Gondomar, Maia, Porto e Póvoa de Varzim e integram também a Assembleia Intermunicipal e o Conselho de Administração da LIPOR (empresa intermunicipal para tratamento de lixo).

Av: — E quanto às Juntas de maioria APU?

H. M.: — As Juntas de maioria APU são um exemplo vivo do que podem fazer os comunistas, os que estão intimamente ligados com o povo e pretendem dos cargos públicos apenas a possibilidade de melhor servirem as populações. Merece ser destacado o trabalho realizado pelas Juntas APU de Miragaia, Sebolido, Sto. Isidoro e S. Pedro da Cova.

Situação na cidade do Porto

Av: — Quanto à cidade do Porto, propriamente dita, há situações novas resultantes da grande subida de votação da APU nas últimas eleições autárquicas (20,4% dos votos), onde avulta um vereador APU, pela primeira vez a tempo inteiro na Câmara Municipal do Porto.

H. M.: — Exacto. É o vereador com a responsabilidade do Pelouro da Limpeza e Serviços Gerais (o que em matéria de orçamento significa aproximadamente 1/3 do orçamento do município) e a participação no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade e Águas e Saneamento.

Av: — Podemos abordar, embora com brevidade, a acção desenvolvida pela APU nesse pelouro...

H. M.: — Antes de mais há que realçar o seu papel determinante na resolução do gravíssimo problema do abastecimento de água à Região do Porto em quantidade e qualidade, e a acção de relevo nacional no Pelouro da Limpeza e Serviços Gerais.

Neste último começou-se pela elaboração e aprovação dum minucioso Plano de Trabalho. A realização de investimentos de cerca de 200.000 contos em 1983, a criação duma nova dinâmica de trabalho nos Serviços, uma estreita ligação do Pelouro com as Juntas de Freguesia e as organizações populares e de jovens, o lançamento de uma intensa campanha de sensibilização, são aspectos relevantes que estão na origem de assinaláveis êxitos.

Av: — Quais, nomeadamente?

H. M.: — Foram removidas a maioria das 300 lixeiras, estão a reorganizar-se em moldes completamente novos os serviços de varredura da cidade, iniciou-se a limpeza de igrejas e monumentos públicos, procede-se à lavagem regular dos contentores e das ruas e à renovação das papeleiras, estão

eles são capazes de a aumentar!» resingava-se como desforço em Lisboa, já no tempo do fascismo, sempre que caía mais um aumento sobre as tarifas da electricidade. Ora a defunta AD e agora o PS/PSD têm-se «esforçado» para, também aqui no Porto, mostrarem como sabem dar «choques eléctricos» ao povo e ao País...

H. M.: — Já está uma questão a abordar, questão onde a APU tem desempenhado um papel fundamental na justa luta das populações contra os brutais aumentos de energia eléctrica que, como referes, a AD e agora o Governo PS/PPD procuraram e procuram impor na região.

Tem sido uma luta continuada e persistente, em permanente ligação com as organizações populares e de trabalhadores e com as movimentações de massas, que registou nos últimos dias importantes vitórias.



Av: — Venham elas!

H. M.: — Na sessão da Assembleia Municipal do Porto de 29 de Novembro último (e posteriormente na Assembleia Municipal da Maia) as populações vítimas de brutais aumentos de energia decretados pelos respectivos Conselhos de Administração sem deliberação das Câmaras e Assembleias Municipais, viram a legalidade reposita e viram os seus órgãos

autárquicos máximos recusarem ser meros veículos de transmissão da política antipopular do Governo. Isto pela acção fundamental das massas e dos eleitos da APU.

De resto os eleitos da APU têm insistentemente reafirmado a urgência da constituição de uma Comissão de Estudo do tarifário da electricidade e das formas alternativas de energia, integrando representantes das várias forças políticas, técnicos

dos SMGE e da Câmara e outros, que formule uma proposta de tarifário justa que atenda à situação específica do Porto e propostas de medidas alternativas a tomar e a serem submetidas à apreciação da Câmara e da Assembleia Municipal e que sirvam de base a uma negociação com o Governo. Há que negociar e reclamar um sistema de escalões tarifários que tenha em conta o volume dos consumos, o tipo de actividade e a capacidade económica dos consumidores.

Av: — E quanto à EDP?

H. M.: — Já a APU tem alertado a opinião pública para as manobras em curso dirigidas pelo PS e PPD para destruir a EDP como empresa única de produção, transporte e distribuição de energia, chegando ao ponto de deputados seus afirmarem que praticam os aumentos da luz para evitarem a integração.

Os eleitos da APU têm-se batido em defesa da EDP e

pela necessidade da integração dos SMGE na EDP, desde que garantida uma tarifa para o Porto, o nível dos consumos, os ramos de actividade e a capacidade económica dos consumidores.

Av: — Para terminar, uma outra questão: como tem sido aqui a actividade da Poder Local — Associação dos Eleitos Comunistas e Outros Democratas (PL-AECOD)?

H. M.: — A actividade da Delegação Distrital do Porto da PL-AECOD tem-se revelado também bastante positiva. Foram entregues oito parques infantis, centenas de contos de subsídios a colectividades, associações de moradores e bombeiros e, com o apoio das delegações distritais do Alentejo, Lisboa e Setúbal, mais de 700 contos para o abastecimento de água a Santa Mariana do Zêzere, a electrificação de bairros em Sebolido, a realização de arruamentos e outras obras em S. Pedro da Cova.

Conhece a História a vida e a actividade do PCP!

Compra livros das Edições «Avante!»

Aproveita a promoção especial do X Congresso, onde podes adquirir as obras a seguir indicadas, com um desconto de 30%!

Título	Preço de catálogo	Preço na banca do Congresso
Coleção DOCUMENTOS POLÍTICOS DO PCP		
Programa e Estatutos do PCP (3.ª edição) (Aprovados no VI Congresso)	40\$00	28\$00
O Radicalismo Pequeno-Burguês de Fachada Socialista (4.ª edição), Álvaro Cunhal	100\$00	70\$00
Discursos Políticos-I (2.ª edição), Álvaro Cunhal	50\$00	35\$00
A Situação Política e as Tarefas do Partido no Momento Actual (Intervenções de Álvaro Cunhal no VII Congresso)	20\$00	14\$00
Programa e Estatutos do PCP (2.ª edição) (Aprovados no VII Congresso)	20\$00	14\$00
Discursos Políticos-II, Álvaro Cunhal	70\$00	49\$00
Comunicados do Comité Central do PCP	40\$00	28\$00
Discursos Políticos-III, Álvaro Cunhal	70\$00	49\$00
Discursos Políticos-IV, Álvaro Cunhal	70\$00	49\$00
Documentos Políticos do Comité Central do PCP (2.ª volume)	60\$00	42\$00
A Crise Político-Militar (Discursos Políticos-V), Álvaro Cunhal	120\$00	84\$00
Documentos Políticos do Comité Central do PCP (3.ª volume)	80\$00	56\$00
Pela Democracia, pelo Socialismo, Octávio Pato	50\$00	35\$00
Do 25 de Novembro às Eleições para a Assembleia da República (Discursos Políticos-VI), Álvaro Cunhal	80\$00	56\$00
Estatutos do PCP (2.ª edição) (Aprovados no VIII Congresso)	20\$00	14\$00
As Eleições para a Assembleia da República (Discursos Políticos-VIII), Álvaro Cunhal	120\$00	84\$00
Uma Política ao Serviço do Povo Português (Discursos Políticos-IX), Álvaro Cunhal	120\$00	84\$00
Entre Duas Eleições (Discursos Políticos-X), Álvaro Cunhal	120\$00	84\$00
Em Defesa das Condições da Revolução (Discursos Políticos-XI), Álvaro Cunhal	200\$00	140\$00
Programa e Estatutos do PCP	100\$00	70\$00
Crise e Queda dos Governos PS-I (Discursos Políticos-XII), Álvaro Cunhal	210\$00	147\$00
Crise e Queda dos Governos PS-II (Discursos Políticos-XIII), Álvaro Cunhal	230\$00	161\$00
Estatutos do PCP	20\$00	14\$00
Os Chamados Governos de Iniciativa Presidencial-I (Discursos Políticos-XIV), Álvaro Cunhal	250\$00	175\$00
Os Chamados Governos de Iniciativa Presidencial-II (Discursos Políticos-XV), Álvaro Cunhal	250\$00	175\$00
Avanço e Derrota do Plano Subversivo "AD" 1980-I, Álvaro Cunhal	400\$00	280\$00
Avanço e Derrota do Plano Subversivo "AD" 1980-II, Álvaro Cunhal	400\$00	280\$00
VII Congresso do PCP (edição normal)	120\$00	84\$00
VII Congresso do PCP (edição especial)	300\$00	210\$00
2.º Encontro Nacional da UJC	30\$00	21\$00
Conferência Nacional do PCP	40\$00	28\$00
Alargar a Unidade para Reforçar o Movimento Estudantil	50\$00	35\$00
A Revolução Portuguesa — O Passado e o Futuro, Álvaro Cunhal	150\$00	105\$00
VIII Congresso do PCP	200\$00	140\$00
1.º Congresso da UJC	120\$00	84\$00
A Juventude pelo Direito ao Trabalho	100\$00	70\$00
A Escola e a Vida no Caminho de Abril (1.º Congresso da UEC)	130\$00	91\$00
Ensino para a Democracia, Democracia para o Ensino	130\$00	91\$00
Desporto, Direito do Povo	130\$00	91\$00
Quadros Técnicos (Problemas e Perspectivas)	120\$00	84\$00
IX Congresso do Partido Comunista Português	250\$00	175\$00
Avante com Abril, Álvaro Cunhal	30\$00	21\$00
Uma Política de Saúde para o Portugal de Abril	130\$00	91\$00
I Congresso da JCP	180\$00	126\$00
Coleção "CADERNOS DO PCP"		
A Derrota da Conspiração Reaccionária	30\$00	21\$00
Por que Lutam os Comunistas?	10\$00	7\$00
Um Mémemo Combat — Um Mesmo Combate-PCP-PCP	30\$00	21\$00

Título	Preço de catálogo	Preço na banca do Congresso
Com a UEC nas Escolas a Reacção não Passará	30\$00	21\$00
Comunistas e Católicos	30\$00	21\$00
A Palavra do PCP	60\$00	42\$00
O PCP e a Luta pela Reforma Agrária	50\$00	35\$00
O PCP e a Juventude	60\$00	42\$00
Com o PCP para a Unidade Popular Rumo ao Socialismo	20\$00	14\$00
Por Uma Constituição Revolucionária	20\$00	14\$00
Sindicatos e Acção Sindical (2.ª edição), Albano Lima	40\$00	28\$00
Direito à Saúde	60\$00	42\$00
Com a Arte para Transformar a Vida	120\$00	84\$00
Coleção "DOCUMENTOS POLÍTICOS PARA A HISTÓRIA DO PCP"		
Relatório da Actividade do Comité Central ao VI Congresso do Partido Comunista Português, Álvaro Cunhal	50\$00	35\$00
Documentos do Comité Central do PCP-1965/1974	140\$00	98\$00
O PCP e a Luta Sindical (série especial)	100\$00	70\$00
A Questão do Estado, Questão Central de Cada Revolução, Álvaro Cunhal	30\$00	21\$00
Rumo à Vitória, Álvaro Cunhal	260\$00	182\$00
As Greves de 8 e 9 de Maio de 1944	100\$00	70\$00
Coleção "RUMO AO SOCIALISMO"		
Movimento Sindical e Unidade no Processo Revolucionário Português, Albano Lima	50\$00	35\$00
A Banca ao Serviço do Povo	20\$00	14\$00
Coleção "REFORMA AGRÁRIA"		
Contribuição para o Estudo da Questão Agrária (1.º volume), Álvaro Cunhal	150\$00	105\$00
Contribuição para o Estudo da Questão Agrária (2.º volume), Álvaro Cunhal	150\$00	105\$00
Coleção "DOSSIER"		
"Dossier" Terrorismo	120\$00	84\$00
"Dossier" Eleições	140\$00	98\$00
"Dossier" Anticomunismo	100\$00	70\$00
"Dossier" Carlucci/ CIA	50\$00	35\$00
25 de Abril: Resposta ITT	150\$00	105\$00
"Dossier" Humberto Delgado — O Crime Premeditado	120\$00	84\$00
"Dossier" NATO	160\$00	112\$00
"Dossier" Comunicação Social, João Paulo Guerra	280\$00	196\$00
O Processo do Salazarismo, Pedro Ramos de Almeida	400\$00	280\$00
Coleção CONFERÊNCIA ECONÓMICA DO PCP		
Saída da Crise	70\$00	49\$00
Indústria Extractiva	50\$00	35\$00
As Empresas Intervencionadas	40\$00	28\$00
Balança de Pagamentos e Dívida Externa	50\$00	35\$00
Indústria dos Cimentos	30\$00	21\$00
Energia	70\$00	49\$00
Cortija	50\$00	35\$00
As Nacionalizações: Defesa e Dinamização	100\$00	70\$00
Coleção "PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO"		
A Superioridade Moral dos Comunistas (2.ª edição) Álvaro Cunhal	25\$00	17\$50
A Força Inevencível do Movimento Comunista (2.ª edição), Álvaro Cunhal	25\$00	17\$50
O Internacionalismo Proletário — Uma Política e Uma Concepção do Mundo (2.ª edição), Álvaro Cunhal	25\$00	17\$50
Algumas Experiências de 50 Anos de Luta do PCP, Álvaro Cunhal	25\$00	17\$50

Título	Preço de catálogo	Preço na banca do Congresso
Coleção RESISTÊNCIA		
Até Amanhã, Camaradas (4.ª edição), Manuel Tiago	300\$00	210\$00
Cartas da Prisão-I (2.ª edição), José Magro	100\$00	70\$00
A Defesa Acusa	100\$00	70\$00
Tarrafal, Campo da Morte Lenta (3.ª edição), Pedro Soares	100\$00	70\$00
Cinco Dias, Cinco Noites, Manuel Tiago	80\$00	56\$00
Recordações dos Anos Difíceis, M. W. Russel	100\$00	70\$00
Torre Cinzenta (Poemas da Prisão), José Magro	150\$00	105\$00
Escrito na Cela, Fernando Miguel Bernardes	350\$00	245\$00
Crianças Emergem da Sombra, Maria Luísa C. Dias	300\$00	210\$00
Até Amanhã, Camaradas (edição especial), Manuel Tiago	1200\$00	840\$00
Coleção CAMINHOS DA REVOLUÇÃO		
Da Resistência à Revolução, Miguel Urbano Rodrigues	100\$00	70\$00
Fora de Coleção		
Conferência Nacional Unitária de Trabalhadores 28 de Setembro: A Conspiração da «Maioria Silenciosa»	20\$00	14\$00
Abril, Abril (Textos de escritores comunistas-DORL)	50\$00	35\$00
Escrita e Combate (Textos de escritores comunistas)	75\$00	52\$50
Um Livro Negro do MAP	150\$00	105\$00
Uma Carta Maneira de Cantar (Reforma Agrária: unir, organizar, vencer)	50\$00	35\$00
Em Defesa da Reforma Agrária	300\$00	210\$00
O Jornal dos Trabalhadores, da Democracia e do Socialismo	50\$00	35\$00
As Eleições no Portugal de Abril	60\$00	42\$00
Não ao Mercado Comum — Intervenção de Álvaro Cunhal — Conclusões Gerais	300\$00	210\$00
Não ao Mercado Comum — Agricultura	100\$00	70\$00
Não ao Mercado Comum — Efeitos Globais de Adesão à CEE e Alternativa	110\$00	77\$00
Não ao Mercado Comum — Indústria	140\$00	98\$00
Não ao Mercado Comum — Pescas/Comércio/Transportes/Turismo	130\$00	91\$00
Não ao Mercado Comum — Saúde/Serviços/Sociais	110\$00	77\$00
Poder Local no Portugal de Abril	160\$00	112\$00
Poder Local, Situação e Perspectivas	100\$00	70\$00
Poder Local, Política de Unidade	200\$00	140\$00
Poder Local, Descentralização e Relações com o Poder Central	150\$00	105\$00
Poder Local, Funcionamento dos Órgãos Autárquicos	250\$00	175\$00
Poder Local, Administração e Gestão	200\$00	140\$00
Poder Local, Habitação	180\$00	126\$00
Poder Local, Recursos Hídricos e Saneamento Básico	230\$00	161\$00
Poder Local, Ecologia	150\$00	105\$00
Poder Local, Educação	200\$00	140\$00
Poder Local, Património Cultural	140\$00	98\$00
Poder Local, Saúde e Segurança Social	160\$00	112\$00
Poder Local, Desenvolvimento Económico	230\$00	161\$00
Poder Local, Serviços de Administração Local	240\$00	168\$00
Maternidade, Planeamento Familiar e Aborto (2.ª edição)	130\$00	91\$00
60 Anos de Luta ao Serviço do Povo e da Pátria	1100\$00	770\$00
Gravuras		
Desenhos da Prisão, Álvaro Cunhal	600\$00	420\$00
Até Amanhã, Camaradas (18 ilustrações para o livro de Manuel Tiago com o mesmo título), Rogério Ribeiro	750\$00	525\$00
60 Anos de Luta, Rogério Ribeiro	550\$00	385\$00

Conhece a história, a vida e a actividade do PCP!

Compra livros das Edições «Avante!»

Trabalhadores

Decidida em Plenário para Janeiro

Grande acção de luta sindical

Uma grande acção de luta sindical foi aprovada para todo o País, incluindo plenários, paralisações e acções diversas «com vista a conjugar e unificar as lutas em curso». Entre 26 e 28 de Janeiro próximo, depois da vigília já marcada em Lisboa e no Porto para 23 do corrente, a CGTP-IN, que reuniu o seu Plenário Nacional no último sábado em Lisboa, marcou para 28 de Janeiro «grandes manifestações, a nível nacional, contra a política do Governo». Acções diversificadas por objectivos conhecidos (pagamento de salários em atraso, contra a degradação e desmantelamento de unidades empresariais, pela contratação colectiva, contra despedimentos e ameaça de desemprego em massa) decorriam entretanto em empresas e sectores como a Gelmar (plenário, hoje, após contactos com secretaria de Estado), CP (concentração de reformados), Sorefame (plenário permanente e manifestação) e Mesa (diligências para salvar a empresa, os postos de trabalho e os salários). CIFA, professores e Função Pública movimentaram-se também nos últimos dias, reclamando medidas, relacionadas com direitos ignorados por este Governo, designadamente no que respeita à negociação de aumentos salariais, salários em dívida, preservação de postos de trabalho e agarrantes de viabilização. Sectores como a vigilância, limpeza e portaria, construção civil e telefones (TLP) anunciavam por sua vez formas de luta para hoje e amanhã. Sindicatos da Marinha Mercante reivindicavam entretanto medidas do Governo no sentido de dinamizar o sector.

O Plenário Nacional da CGTP-IN, que aprovou o plano de actividades da Central para 1984, prevendo nomeadamente, a nível interno, a realização de 17 congressos e plenários de reestruturação de Uniões distritais e de Federações, destaca nesse plano de actividades a contratação colectiva, abrangendo mais de milhão e meio de trabalhadores, através da denúncia de 128 processos até Novembro do próximo ano, excluindo os CTT negociados por sindicatos não filiados. A CGTP sublinha que até fins do ano corrente há 63 contratos colectivos de trabalho em negociação, que se encontram

bloqueados pelo Governo e pelo patronato. O Plenário da Central confirma que esses contratos envolvem cerca de um milhão e trezentos mil trabalhadores.

O plano de actividades para 1984, aprovado pelo Plenário em que participaram cerca de 400 delegados de 152 organizações sindicais (16 não filiadas), inclui várias iniciativas de vulto, não só no campo da «política salarial e acção reivindicativa» como também no âmbito da organização e formação sindical, condições de vida, informação e propaganda, tempos livres, política económica e emprego, relações internacio-

nais, jovens, mulheres, legislação laboral.

OS «objectivos centrais» do plano para 1984 referem-se com natural prioridade à luta contra a política deste Governo e as suas consequências, pela concretização das deliberações do IV Congresso e pelo reforço da CGTP-IN.

O factor determinante

«A luta de massas continua a ser o factor determinante para inviabilizar a política deste Governo, impedir um maior agravamento da situação dos trabalhadores, travar o aumento da exploração e repressão do patronato», contribuindo para criar «uma alternativa democrática e patriótica que sirva os interesses dos trabalhadores» — lê-se na resolução final do Plenário da CGTP-IN.

Referindo-se ao Orçamento do Estado, a Central sublinha que no próximo ano o Governo Soares/Mota Pinto «tem o propósito de agravar a crise». O Orçamento para 1984 «não passa de um instrumento político para tentar liquidar as conquistas de Abril» — acentua a resolução do Plenário — para «carcear as liberdades e direitos sindicais, pôr em causa o próprio regime democrático e satisfazer os interesses do imperialismo».

O Plenário, que salienta «a significativa e enérgica resposta dos trabalhadores» a essa política (são citadas as jornadas nacionais de 15 de Outubro e de 17 de Novembro) destaca também «o aumento da contestação à política de Mário



A degradação da Sorefame, a ameaça sobre os postos de trabalho e os salários pagos com atrasos obrigaram recentemente os trabalhadores a adoptar formas de luta e a decidir prosseguir-las, caso não se cumpram promessas entretanto ouvidas do Governo, e designadamente do Instituto de Participações do Estado.

Soares/Mota Pinto por parte das camadas intermédias da população».

«A luta é apresentada como «o principal travão no ritmo da ofensiva governamental». Assim o Plenário Nacional decidiu «apoiar e intensificar» todas as acções em curso. As vigílias de trabalhadores sem salários, marcadas para o próximo dia

23 serão transformadas em «poderosas acções», sublinha o Plenário sindical.

Professores e Função Pública

Entretanto a comissão negociadora sindical da Função Pública (Frente Comum) e o Sindicato dos Professores da

Grande Lisboa, que suspendeu a greve marcada para 13 deste mês, previam a adopção de novas formas de luta, se o Governo não apresentar — reafirma a CNS — «uma proposta concreta» que tenha em conta os 25 por cento de aumento salarial, proposto há muito pela Frente Comum.

«No Orçamento do Estado, acrescenta a Comissão Negociadora, existem verbas suficientes para satisfazer as reivindicações e propostas sindicais».

Segundo comunicado entretanto difundido pelo secretariado da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública, na reunião aqui noticiada há uma semana, o ministro Almeida Santos «assumiu dois importantes compromissos» perante o CNS. «Iniciar a negociação dos aumentos salariais para 1984 antes do Natal e garantir que não haverá despedimentos na Função Pública» são em síntese esses compromissos do ministro que, ainda segundo o secretariado da Federação, «desmentiu as percentagens de aumento referidas em vários órgãos de comunicação social, dando razão à afirmação da Frente Comum», segundo a qual «apenas depende do Governo a satisfação das reivindicações sindicais, pois existem verbas suficientes no Orçamento do Estado para 1984».

No sentido de conseguir que esses e outros compromissos tenham realização prática, os Sindicatos representativos do sector, incluindo os dos Professores, decidiram assistir «aos debates finais do Orçamento do Estado para 1984». De acordo com uma nota da CNS

da Frente Comum da FP, dirigentes, delegados e activistas sindicais pretendem desse modo «manifestar o seu repúdio pela política do actual Governo no que respeita à Administração Pública».

Os cortes orçamentais para

o ano «põem em causa a estabilidade do emprego e a promoção profissional dos trabalhadores da Função Pública, estando já a causar a degradação de inúmeros serviços públicos essenciais», refere ainda a CNS da Frente Comum.

Eleições sindicais

Combate à indiferença

- contra o divisionismo
- contra o basismo
- pela unidade

Votações dignas da atenção do movimento sindical no seu conjunto decorreram desde Junho em alguns dos principais sindicatos do sector de serviços, com relevo para a Função Pública, professores, pessoal de aviação civil e aeroportos, engenheiros técnicos e telecomunicações. Se as condições

No mesmo período, outros actos eleitorais decorriam em comissões de trabalhadores. Entre os mais recentes, destaca-se pela elevada participação o realizado segunda-feira nas Oficinas Gerais de Material de Engenharia (EFFAS — Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas) ramo de actividade onde o funciona-

tornam dia a dia mais frequentes o «salve-se quem puder» — conceito caro a este Governo — exige uma resposta organizada a todos os níveis, naturalmente com um relevo especial para os quadros técnicos que formam um contingente importante dentro do movimento sindical. Deve ser combatida a tendência para

escolas e outros departamentos do sector de serviços têm procurado inserir os problemas específicos e muito concretos de cada local de trabalho nas reivindicações gerais a defender pelos sindicatos respectivos e pelo movimento sindical. Nota-se no entanto alguma preocupação entre dirigentes, delegados e activistas sindicais perante o perigo de «soluções basistas», onde o sindical apareceria dissociado das necessidades políticas comuns, longe de uma visão global correcta que implica a acção orgânica e a dose de unidade necessária à participação eficaz na luta político-sindical comum a todos os trabalhadores.

As votações do último semestre (a afluência de 40,9 por cento nas eleições de 23 de Novembro no Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores é significativa) não deve fazer esquecer as insuficiências detectadas em diversos locais de trabalho no que respeita à eleição de delegados sindicais e à tendência para encarar como secundária a luta pela afirmação positiva contra o divisionismo, já que este vê na função sindical uma arma política de combate à capacidade de reivindicar com eficácia e obter resultados práticos através das formas de luta adequadas a cada local de trabalho, a cada organização representativa dos trabalhadores.

A coordenação tem melhorado

A actividade da Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública, em que participam normalmente trinta organizações sindicais representativas e com peso decisivo no sector, incluindo os professores, enfermeiros, médicos e outras profissões, no âmbito nacional, tem mostrado como a acção coordenada pode conduzir a resultados muito satisfatórios na capacidade de negociação e na força para levar por diante reivindicações realistas, em especial no campo dos salários, regalias sociais e defesa de outros direitos elementares. Forçoso é reconhecer que a actividade diária da Frente, e da Comissão Negociadora Sindical depende de

um apoio orgânico concreto e solidário, incompatível com a indiferença perante eleições sindicais e outros actos correntes na vida das organizações do movimento sindical.

As direcções sindicais eleitas sob a sigla da unidade nos últimos meses, constituindo a indiscutível maioria no sector de serviços — quer públicos, quer privados), basearam as suas campanhas eleitorais nos princípios orientadores do movimento sindical unitário. Unidade, independência, liberdade e democracia sindicais foram objectivos práticos que levaram às urnas muitos milhares de votos. Assim aconteceu no S-TAVA (pessoal de aviação e aeroportos) SPGL e SPM (professores) no STCM (Câmara Municipal de Lisboa) na Função Pública do Sul e Açores, nas comissões de trabalhadores do Banco Totta & Açores, em meados de Outubro, e há três dias nas Oficinas Gerais de Material de Engenharia, com uma participação de 83,45 por cento dos cerca de 460 trabalhadores.

Foram eleitos centenas de dirigentes. A sua experiência como delegados sindicais, activistas e elementos prestigiados pela acção em defesa de interesses comuns vai por certo atribuir às suas funções (novas para muitos deles) um sentido das realidades que partem do conhecimento concreto dos problemas e dos anseios de uma grande massa de trabalhadores atingidos nos seus interesses mais imediatos por uma política sem perspectivas, que exige um combate reforçado por uma unidade que não vai lá sem actos, sem a acção e as formas de luta adequadas a cada caso, mas inseridas na luta comum. É disso prova e exemplo a acção persistente e as lutas desenvolvidas nos últimos anos pelo numeroso sector da Função Pública, englobando os professores, em situações políticas completamente adversas, mas reafirmando mesmo assim o seu crescimento em volume de associados e em capacidade democrática de intervenção para a defesa dos legítimos interesses de um dos ramos mais numerosos da actividade dos serviços no nosso país.

Imposto dos 28% Há formas de o combater

No plenário nacional de sindicatos do dia 10 em Lisboa foi distribuído um documento onde são referidas algumas das formas já encontradas pelos trabalhadores organizados no sentido de combater o imposto considerado um roubo de 28 por cento nos salários do fim deste ano.

Num comunicado sob o título «Trabalhadores resistem e combatem o imposto dos 28 por cento», a CGTP-IN cita como exemplos:

- Empresas que queiram descontar o imposto no vencimento de Novembro, com o propósito de não pagar o 13.º mês, acabaram por ter de adiar esse desconto para o subsídio de Natal;
- Em empresas com salários em atraso o desconto só se efectuará quando os trabalhadores receberem o 13.º mês e só recairá nos retroactivos em dívida;
- Patrões que suportam completamente o pagamento do imposto;
- Impugnações judiciais (caso da Função Pública);

Pagamento feito pela empresa com desconto repartido durante o próximo ano, ligado ou não à entrada em vigor de novos contratos colectivos de trabalho;

• Garantia de isenção do desconto aos trabalhadores que não auferem remunerações certas e permanentes — caso, entre outros, dos pescadores;

• Apresentação desde já ao patronato, ou recurso à apresentação a prazo de reivindicações que compensem o valor agora descontado.



Por ocasião do debate do Orçamento na Assembleia da República uma concentração de reformados no exterior do edifício e a presença de dirigentes, delegados e activistas sindicais da Função Pública e dos Professores nas galerias de São Bento constituíram formas de acção e protesto contra os cortes orçamentais, no seguimento da luta dos TFP por aumentos salariais justos em 1984

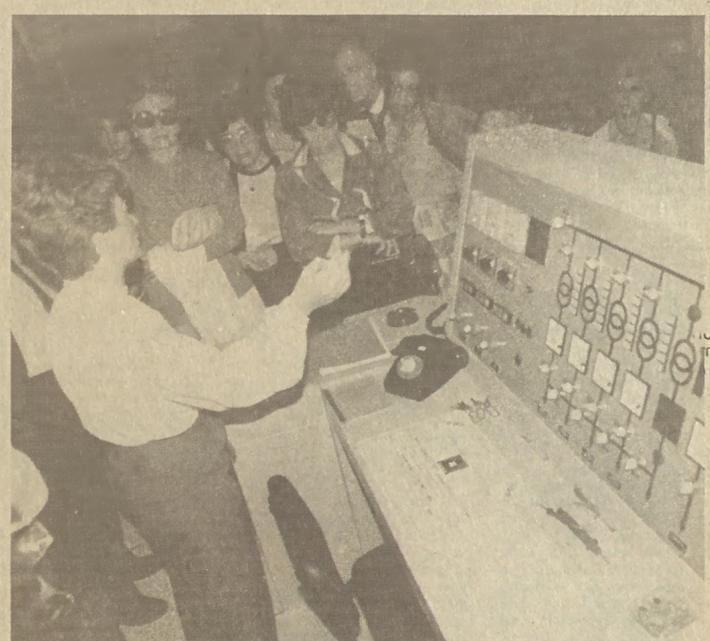
em que os actos eleitorais se desenrolaram nem sempre foram as melhores, os resultados revelam, ao lado de progressos animadores, particularmente no que respeita à descentralização e a relações orgânicas de alguns sindicatos, a necessidade urgente de avançar no alargamento e reforço da unidade para uma maior participação na vida sindical, que venha a ter (assim se espera) um reflexo mais significativo em futuras eleições.

mento do movimento sindical continua a ser objecto de boicote, impedindo a formação do respectivo sindicato, como aliás sucede nomeadamente na PSP.

Vale a pena participar

Numa ocasião em que os contratos a prazo se generalizam na Função Pública, em que as ameaças à estabilidade do emprego se

o «tanto vale» no acto eleitoral, principalmente quando concorrem listas únicas às eleições sindicais. Partem muitas vezes do princípio errado e perigoso segundo o qual a participação é inútil quando as coisas correm bem ou menos mal, relativamente a direcções de confiança da grande maioria dos associados. É certo que (longe daqui do abuso da generalização) as organizações sindicais de base em empresas, repartições, centros, ministérios,



Os CTT não estão em crise

«A utilização de empresas privadas para a realização de serviços por preços astronómicos e que em muitas situações poderiam ser executados por pessoal dos CTT a preços muito inferiores e com melhor qualidade», revela «uma gestão incompetente», justificando que se pergunte «por que é que certos gestores estão tão interessados em canalizar para o exterior recursos tão avultados» sublinha a Célula dos CTT de Coimbra do PCP, num comunicado onde denuncia situações de oportu-

nismo, má gestão e compadrio (citado um «banco de quiete oferecido em Viseu, por uma empresa que trabalha para os CTT, ao secretário de Estado das Comunicações — funcionário dos CTT»). Enquanto os «o povo aperta o cinto», outros «repastos se seguem noutras localidades, também pagos pelos CTT, acrescenta a Célula sublinhando que, se olharmos «para as cúpulas dirigentes entender-se-á que vivemos num país de abundância» que «nem todos estão em crise».

Internacional

A paz é possível apesar da ameaça nuclear

Dia 10 foi o dia internacional dos direitos do homem. Uma jornada simbólica, decidida pela ONU, e que há quase três décadas se repete anualmente. Em Portugal, órgãos de informação estreitamente vinculados à estratégia da guerra psicológica orientada pelos múltiplos departamentos especializados de Washington, aproveitaram a efeméride, e a simultânea distribuição dos prémios Nobel, para uma vez mais fazer anti-comunismo, atacando, através da figura de Walesa (a quem Reagan reafirmou a sua amizade...), a Polónia socialista. E assim simultaneamente se furtaram à «íngrata» tarefa de falar de facto dos direitos humanos.

O opção é, também ela, simbólica. Com mais uma mão cheia de anti-comunismo se cala a voz dos 500 milhões de desempregados, dos 800 milhões que sofrem de fome e de sub-alimentação, do bilião e meio que está totalmente privado do direito à assistência médica e ao ensino.

Com uma mão cheia de anti-comunismo, pode-se ignorar que este ano, em Portugal, a diminuição dos salários reais ronda os 8%, tendendo a agravar-se no próximo ano. Ou que há 120 mil trabalhadores com os salários em atraso.

Com uma mão cheia de anti-comunismo se abala que no país mais rico, no país em que se amassam fortunas crescentes à custa do trabalho de povos de todo o mundo — os EUA —, o nível de pobreza atingiu o seu limiar mais elevado desde 1965. 39 milhões de norte-americanos vivem abaixo

«americanos na Europa — para ditar à URSS «condições» num regresso a negociações» num regresso a negociações que a vida provou não passarem de cobertura aos últimos preparativos para a instalação das novas armas; uma campanha propagandística destinada a convencer os povos da Europa dos «benefícios» da sua coabitação com armas nucleares viradas contra a União Soviética, que em qualquer momento poderão ser detonadas, independentemente da decisão ou até do conhecimento dos seus governos — com as inevitáveis consequências.

Não se pode dizer que se trate de opções surpreendentes. Pelo contrário, harmonizam-se bem com a linha de orientação que vem a ser seguida pelo imperialismo. Mas nem por isso é menos importante referi-las. Não só para mostrar uma vez mais os seus perigos, mas para salientar o

gociações fictícias, a partir de posições de força — já provou também nada ter a ver com as realidades. A União Soviética, explicitando razões conhecidas — a sabotagem de facto, pelos EUA, de conversações em curso — suspendeu a sua participação nos trabalhos de Genebra e nas conversações START, sobre armas estratégicas. Mais, decidiu — face à instalação dos novos mísseis na Europa da NATO — colocar também novos mísseis que, conforme esclareceu o ministro soviético da Defesa, «ficarão apontados aos locais da Europa Ocidental em que são instalados os Pershing-2 e os mísseis de Cruzeiro». Outros mísseis serão apontados contra território do promotor da estratégia de guerra, contra os que ameaçam carregar no botão nuclear: os EUA.

● No que se refere ao esforço destinado a convencer os povos da Europa dos benefícios que lhes advém da presença dos novos mísseis norte-americanos... digamos que esforços não têm faltado. O «defeito» não está, de forma nenhuma, na capacidade propagandística dos EUA. O problema está na dificuldade evidente de convencer alguém a participar nos últimos momentos da última geração sobre a terra.

Por isso, na RFA, milhares de pessoas bloqueiam as instalações militares norte-americanas. E contra elas são impo-

tes os canhões de água e as cargas policiais. Por isso se mantêm, inabaláveis, os acampamentos da Paz.

Na verdade — e as estatísticas provam-no — se os governos da Europa capitalista minimamente reflectissem a vontade dos seus povos, os mísseis norte-americanos não seriam instalados no nosso continente, os mísseis da Grã-Bretanha seriam contabilizados, todas as portas de negociação estariam abertas, a guerra jamais seria possível.

À beira de Estocolmo
Dia 17 de Janeiro deverá iniciar os seus trabalhos, em Estocolmo, a Conferência sobre Medidas de Reforço da Confiança e da Segurança e sobre o Desarmamento na Europa. Trata-se de um dos resultados mais assinaláveis da Conferência de Madrid — firme e sistematicamente defendido pelos países socialistas.

Gracias a essa vitória de uma política virada para o diálogo é possível hoje — no mesmo momento em que os EUA continuam a apostar em posições de força e a NATO avança com cínicos apelos à União Soviética para que regresses a Genebra, tentando atribuir à URSS a responsabilidade do fim de negociações que nunca verdadeiramente foram — é possível ir hoje debater a Estocolmo problemas tão vitalmente importantes como medidas tendentes a reforçar a confiança e a segurança, incluindo toda a Europa, as zonas marítimas e oceánicas adjacentes e o respectivo espaço aéreo, na base da igualdade de direitos, equilíbrio, reciprocidade e respeito igual pela segurança de todos os Estados participantes.

Estocolmo — um elo mais na cadeia da paz, sem dúvida. Mas também, e talvez sobretudo, a prova de que negociar é possível mesmo quando é tão forte a aposta do imperialismo na «saída» suicida da guerra.



Manifestação no Canadá de protesto contra a instalação dos Cruise

do que se considera oficialmente ser o «limiar da pobreza».

Números e factos que relembramos aqui, porque se referem a direitos elementares do ser humano. Porque reflectem um outro facto: o preço já hoje pago para alimentar uma estratégia que põe em causa a própria sobrevivência da humanidade. Uma estratégia de guerra como arma política, num momento em que o nível tecnológico e científico alcançado já atirou tal opção para o museu das velharias históricas. Sob pena de auto-aniquilação — o genocídio total.

NATO reuniu em Bruxelas

Na reunião da NATO há dias realizada em Bruxelas, os EUA apontaram, fundamentalmente, três direcções de desenvolvimento da acção do Tratado Atlântico: o reforço das forças convencionais «aproveitando a nossa vantagem tecnológica», como muito claramente especificou Weinberger; a utilização de uma posição de força — com a implantação dos novos mísseis nucleares norte-

seu — preocupante — irrealismo. Porque de irrealismo se trata.

● Todos sabemos do elevadíssimo nível tecnológico alcançado nos Estados Unidos. E que este prioritariamente se reflecte no domínio militar, que aliás domina a investigação científica. Nem é a primeira vez que Weinberger salienta o nível de tecnologia militar dos EUA. Já o fez também referindo-se ao armamento nuclear — no que não pode deixar de ser considerada um confissão indirecta de que o mito da «superioridade militar» soviética não passa de um alibi para dar cobertura à corrida aos armamentos.

Entretanto, a insistência neste dado — superioridade tecnológica — já revelou o seu carácter ilusório no caso muito concreto do gasoduto. Aí, manifestamente, a administração Reagan enganou-se no que respecta à avaliação da capacidade tecnológica soviética. Por isso a chantagem falhou. Um engano desses na avaliação do equilíbrio militar de forças pode ser fatal para todos nós.

● A tentativa de ditar decisões à União Soviética, em ne-

Médio Oriente

Escalada israelo-americana é uma ameaça à Europa

A presença de forças militares de países da NATO no Líbano, ditas de interposição e de paz, corre cada vez mais o risco de transformar aquele país em palco de um conflito internacional generalizado entre os diferentes aliados dos Estados Unidos.

Após a decisão do Conselho de Segurança da ONU, tomada por unanimidade, de assumir a responsabilidade da evacuação dos combatentes palestinos de Trípoli, que só terá razão de ser se feita com toda a segurança e sem riscos quer para os tripulantes dos barcos gregos que o governo de Atenas põs à disposição para o efeito quer para os membros da OLP, o bloqueio de Israel a Trípoli levanta novas e sérias questões de consequências imprevisíveis.

Ao decidir e afirmar expressamente que o dirigente da OLP, Yasser Arafat, não deverá sair vivo daquela cidade libanesa, o governo sionista de Isaac Shamir abriu a porta da discórdia entre os parceiros do seu principal aliado, os Estados Unidos. Uma discórdia de há muito latente, ainda que meramente formal quanto ao papel que desempenha ou deverá desempenhar no Líbano a força multinacional, reforçada com o envolvimento directo das forças norte-americanas no ataque a posições sírias e de patriotas libaneses, e levada ao rubro com as tentativas sionistas de efectuar um novo massacre em Trípoli.

O que está em causa, de momento, não é tanto a sorte de Yasser Arafat e da Fatah por muito dolorosa e grave que uma eventual perda representasse para o povo palestino, mas sim as implicações que um assalto sionista a Trípoli teria para a comunidade internacional que através da ONU assumiu a responsabilidade de evacuar os combatentes.

Recorda-se que a Itália, onde as exigências para a retirada imediata dos italianos do Líbano se fazem sentir desde a oposição às próprias forças no poder, recusou o pedido da OLP para incluir navios seus na escolta dos barcos que deverão transportar os palestinos para a Tunísia e Yemem do Norte.

A França e a Grécia, por seu turno, estão dispostas a fazê-lo mas exigem garantias de segurança. No Pireu estão prontos a partir quatro navios gregos, sendo opinião de Atenas que o êxito da evacuação dos palestinos sobre a ban-

deira da ONU depende do esforço efectuado pelos países que integram a força multinacional de paz estacionada no Líbano.

Mas que força de paz? A italiana, cuja recusa à OLP não pode deixar de ser tida como a primeira negativa ao pedido grego de medidas formais de segurança?

A francesa, que tem pautado a sua acção no Líbano pelo alinhamento sistemático com a direita libanesa contra as forças progressistas e sírias?

A norte-americana, curiosamente silenciosa face ao bloqueio sionista a Trípoli, enquanto em Washington nas suas conversas em família semanais Reagan afirmava no sábado que os Estados Unidos continuarão no Líbano para defenderem os «interesses vitais» do Ocidente no Médio Oriente?

É um complexo quadro este em que aliados de um pacto militar — a NATO — não conseguem entender-se na prática e muito menos conjugar a sua actividade internacional com as exigências e pressões nacionais a que estão sujeitos.

Mais, que se auto-desrespeitam vergonhosamente se com as forças em presença no Líbano se manifestarem incapazes de fazer cumprir as suas próprias deliberações na ONU devido à oposição de Israel?

À procura do rumo

Acreditar que o governo sionista de Telavive actua por sua conta e risco na escalada agressiva do Médio Oriente é pura ingenuidade. É esquecer que malgrado a sua potência militar, Israel, não existe sem os Estados Unidos.

Tal como muitos outros, o milagre económico israelita foi chão que deu uvas. Endividado até ao inconcebível aos EUA, atravessando a mais grave crise económica da sua história devido à política cega armamentista dos seus dirigentes e da contínua instalação de colonatos nas terras árabes ocupadas, Israel pode em casos pontuais tomar a iniciativa mas nunca fugir à voz do dono. Não com os actuais dirigentes, não com a actual política.

Um dos dois aviões americanos abatidos pela Síria caiu sobre uma casa, a alguns quilómetros do sul de Jounieh



Mas os Estados Unidos votaram a favor da evacuação dos palestinos de Trípoli no Conselho de Segurança da ONU, dir-se-á. O que é verdade. Tal como cozinharão o acordo israelo-libanês que inclui a desocupação do Líbano que continua por fazer; tal como utilizam as suas tropas ditas de paz para dar cobertura a massacres como os de Sabra e Chatila; tal como se envolvem directamente na guerra atacando as posições sírias; tal como têm estudos mais ou menos secretos onde se avança a hipótese de utilizar o Médio Oriente como centro de ensaio dos primeiros ataques nucleares...

Nenhuma análise minimamente honesta sobre a política externa dos Estados Unidos pode ser feita se não tiver em conta os interesses em jogo para o actual responsável da Casa Branca, o que significa os interesses das multinacionais que o fizeram eleger, os potentados judeus dos Estados Unidos que não abrem os cordões à bolsa a troco de nada, a multiplicidade de interesses políticos e económicos que

presidem à colaboração dos países capitalistas.

Reagan quer ser reeleito e as eleições presidenciais norte-americanas estão à porta. As possibilidades de Reagan conservar o poder dependem directamente dos resultados apresentados após o seu primeiro mandato. A invasão de Granada insere-se nesse contexto, tanto para consumo interno como externo. A superioridade norte-americana, posta em causa sempre que um país se liberta do imperialismo, tem de ser provada de algum modo. Os fracassos na América Latina, em particular na Nicarágua e em El Salvador, têm de ser contrabalançados.

O «Washington Post» comentava a semana passada, após os ataques norte-americanos à Síria, que a administração Reagan não encontrou ainda posição neste local turbulento. Talvez tenha razão. Nem em todo o lado existe uma Granada quase indefesa.

O que é facto é que enquanto procura o rumo que mais lhe convém no Médio Oriente, a administração Reagan não hesita em pôr em cheque os próprios aliados, quem sabe se

convencida de que tem na mão os meios necessários para os manter fiéis.

Que aconteceria no entanto se Israel, no cumprimento da estratégia americana, acabasse por atacar os aliados europeus?

O papel que nesta situação de extrema gravidade pode ser desempenhado pelos povos do mundo, em particular os dos países que compõem a força multinacional no Líbano (França, Itália, Grã-Bretanha, EUA), é da máxima importância. Não haverá paz no Líbano enquanto o seu território permanecer ocupado.

Não haverá paz no Médio Oriente enquanto a questão palestina não for resolvida — pois que a OLP não são só os seus dirigentes mas os milhões de palestinos espalhados pelo mundo.

Não tomam consciência a tempo desta realidade torna-se cada vez mais grave para toda a Humanidade. E a Europa está bem perto do Médio Oriente para não sentir de imediato as suas consequências. Os Estados Unidos, como de costume, estão confortavelmente mais longe...

Em vésperas da Cimeira de Bissau

Governo PS/PSD não serve os interesses de Portugal

Enquanto na Guiné-Bissau se ultimam os preparativos para a Cimeira dos Chefes de Estado dos países africanos de expressão portuguesa, que decorrerá nos dias 17 e 18 deste mês, em Portugal começam a fazer-se sentir as primeiras represálias com que Angola responde ao apoio das autoridades portuguesas aos racistas da África do Sul e aos mercenários antiangolanos.

No seguimento de alertas sucessivos feitos por Angola; de denúncias claras das denúncias existentes entre os fantoches da Unita de Savimbi e responsáveis políticos portugueses, inclusive a nível governamental; da existência de alternativas reais à colaboração com Portugal, designadamente em relação à Espanha e ao Brasil; da perigosa política do Governo PS/PSD de aproximação à África do Sul, nada de bom seria de esperar.

A decisão agora anunciada de retirar à Petrogal a participação prevista no consórcio de quatro empresas petrolíferas internacionais que explorarão o «Grupo 4» da plataforma continental de Angola, em que a empresa nacional devia entrar com 10 por cento do capital beneficiando nos lucros petrolíferos proporcionalmente àquele capital, é a primeira represália e poderá não ser a última.

Trata-se de uma medida lesiva dos interesses nacionais neste tempo de crise, mas uma medida perfeitamente legítima por parte da República Popular de Angola. Não se pode pretender desenvolver relações comerciais vantajosas e ser o interlocutor político privilegiado de um país, ao mesmo tempo que se alimentam e protegem os seus principais inimigos.

As riquezas minerais e ou-

senso de seguir arriscando-se a transformar Portugal no parceiro mais indesejável dos novos países africanos.

Até mesmo na França de Mitterrand, cuja política externa está longe de ser exemplar, não se anda a falar em público sobre o estado das dívidas dos países com quem mantém relações (como o fez recentemente Mário Soares em relação a Moçambique) e se dedica a maior atenção ao evoluir da situação nos jovens países africanos.

Veja-se a saída da França do chamado «Grupo de Contacto» para a Namíbia, atitude tomada na sequência do governo de Angola expressar a opinião de que os trabalhos do grupo já não podiam conduzir a nada de concreto.

Um princípio que o Governo PS/PSD não parece ter o bom

do contrário do que sucede na generalidade dos casos, a França não defende em Angola a política de Washington, que pretende tal como a África do Sul alliar a independência da Namíbia à retirada das tropas cubanas em Angola. O conselho do governo francês para os assuntos africanos, Guy Penne, foi claro ao afirmar em Luanda que considera a presença das tropas cubanas um problema de segurança do Estado angolano, ao passo que a questão da Namíbia é um problema internacional.

Não interessa agora analisar se esta e outras tomadas de posição de países europeus se devem apenas a questões estratégicas. O que importa, sim, é que enquanto Portugal, ou melhor dizendo o Governo por-

tuuguês, «perde terreno», outros o vão «ganhando». É significativo o apelo de industriais portugueses interessados em relações comerciais com Angola e Moçambique ao Governo Soares/Mota Pinto para que tome medidas eficazes que viabilizem a sua acção, em vez de a dificultar.

Medidas que tardam no entanto, para além das de carácter meramente demagógico de iniciativa do ministro Jaime Gama, entre as quais dificilmente poderá deixar de se incluir a pretensão de Portugal estar presente como observador na Cimeira da Guiné-Bissau, ou as de institucionalização das relações tricontinentais dos países de expressão portuguesa (Portugal, África e Brasil).

Medidas que seriam sem dúvida importantes se assentes na vontade real de defender os interesses nacionais e não no cumprimento das directivas do Fundo Monetário Internacional por que se pauta a actividade do Governo português.

Não se trata de ser pessimista. Bom seria se apesar de tudo, a boa vontade dos jovens países africanos conseguisse superar a cegueira política de S. Bento. Talvez não seja preciso esperar muito; da Cimeira da Guiné-Bissau, para que foi convidada a Frettil em representação de Timor-Leste (que do Governo português não tem recebido apoio digno desse nome) poderão sair decisões importantes para o nosso país. Se isso suceder, não é certamente ao Governo PS/PSD que tal se ficará a dever.



Armas apreendidas a contra-revolucionários angolanos na zona de Malanje

O Natal da CEE

A CEE já nem tem porta. Mas a vida em Portugal, as decisões governamentais de todos os dias, continuam a ser pautadas por essa CEE em risco de desagregação. E a ser justificadas por uma existente perspectiva. O que tem um único mérito: dar-nos uma amostra da medida do desastre que a integração constituirá. Dar-nos bem a imagem do que é o estilo de vida CEE, o lugar para que são atirados, na lógica do capital, países e povos destinados a servir os interesses das grandes multinacionais.

E mais do que nunca neste Natal. Com os cortes no subsídio de Natal — roubo legalizado. Com o desemprego crescente e a ameaça de o acelerar muito este ano que entra. Os salários em atraso. Salários que compram cada vez menos coisas do

que é essencial no dia a dia. A perspectiva das rendas de casa a subirem até atirarem para a mendicância ou o suicídio um bom número de reformados. E a fome, já hoje realidade.

Fome também atingindo as crianças como foi há dias claramente denunciado. Essas mesmas crianças a que o Ministério da Educação se propõe cortar o leite (quando há distribuição) e os subsídios para alimentação e material pedagógico. E fazer reconduzir às escolas — pela mão da polícia (que costuma «dialogar» com seus pais, por procuração do Governo).

Entretanto, o capital privado, ganha novos direitos. E todos os dias nos entram portas (do País) dentro, já não diríamos só artigos de luxo (onde está a austeridade, e as preocupações com as dívidas do País?), mas

artigos indesejáveis. Os filmes comprados pela televisão portuguesa para nos convencerem de que a guerra nuclear é uma boa solução — como é o caso da primeira parte da série «Vietnam». As pistolas espanholas — brinquedos(?) que matam. O sofisticado material americano que permitirá às nossas crianças desencadear uma guerra estelar «a fingir».

Natal da CEE. Muitas vezes sem trabalho e com fome. Mas também com luta. Essa a faceta que não entra nos planos dos que nos querem «elevantar» ao nível europeu. Luta que entretanto cresce também nas fronteiras da CEE — com marchas e acampamentos e velas e flores. Pelo Pão e a Paz.

(Sobre a CEE, ler artigo e posição do PCP no Suplemento)